

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Estácio Participações S.A. ("Estácio" ou "Companhia") e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") tem como atividades preponderantes o desenvolvimento e/ou administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação, a administração de bens e negócios próprios, e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil.

A Companhia é uma sociedade anônima com sede localizada na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 199, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída por subscrição particular de ações em 31 de março de 2007, e atualmente listada no Novo Mercado.

O Grupo possui quinze empresas, incluindo a Estácio Participações, sendo doze mantenedoras de instituição de ensino superior, constituídas sob a forma de sociedades empresárias de responsabilidade limitada e, reúne uma Universidade, quatro Centros Universitários e trinta e cinco faculdades, distribuídas em vinte Estados do país e no Distrito Federal.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 19 de março de 2014, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras incluem: seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para crédito de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências (Nota 2.24).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazo não superior a um ano.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 26 (R1) /IAS 01 - "Demonstrações Financeiras". Sem que haja divergência com relação à aplicação do CPC 26 (R1) /IAS 01, a Companhia também adota políticas contábeis advindas da legislação societária brasileira e regras específicas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com o CPC 26(R1) - "Demonstrações Financeiras" e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

As informações relativas às demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentadas nas demonstrações financeiras para fins de comparação, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards - IFRS). As práticas contábeis aplicadas nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão consistentes com aquelas apresentadas nas demonstrações financeiras anuais em 31 de dezembro de 2013.

Para melhor comparabilidade das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, a Companhia efetuou a reclassificação na demonstração do fluxo de caixa dos valores referentes às obrigações tributárias e IRPJ e CSLL pagos, não alterando o resultado da atividade operacional.

Os pronunciamentos CPC 36 (R3)/ IFRS 10 – "Demonstrações Consolidadas", CPC 40 (R1)/ IFRS 7 – "Instrumentos financeiros: Evidenciação", CPC 45/ IFRS 12 – "Divulgações de Participações em outras Entidades" e CPC 46/IFRS 13 – "Mensuração a Valor Justo", aplicáveis à Companhia e com vigência para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013, não trouxeram impacto relevante para as suas demonstrações financeiras.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os ativos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados.

Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação é assim resumida:

		Direta - %
	2013	2012
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")	100	100
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")	100	100
Nova Academia do Concurso - Cursos Preparatórios Ltda. ("NACP")	100	100
Estácio Editora ("EDITORA")	100	100
		Indireta - %
	2013	2012
Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")	100	100
ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura ("FAL")	100	100
Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN")	100	100
Idez Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples Ltda. ("IDEZ")	100	100
Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul S/S Ltda. ("FARGS")	100	100
Unisãoluis Educacional S.A. ("UNISÃOLUIS")	100	100
Uniuol Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. ("UNIUOL")	100	100
Sociedade Educacional da Amazônia ("SEAMA")	100	100
Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico Ltda. ("FACITEC")	100	
Associação de Ensino de Santa Catarina ("ASSESC")	100	

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

2.3 Combinação de negócios

As aquisições e compromissos de compra realizados nos exercícios de 2013 e de 2012 estão resumidas a seguir:

(i) Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas ("FACITEC")

Em 5 de abril de 2013, o Grupo adquiriu a totalidade das quotas do capital social da Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas (FACITEC), com sede e campus na cidade de Taguatinga, no Distrito Federal.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O preço de aquisição foi determinado tendo como base o *enterprise value* da empresa de R\$ 29.000, menos o valor da dívida assumida pelo Grupo, de R\$ 1.824.

Está previsto um pagamento adicional de R\$ 7 milhões caso a FACITEC venha a ser transformada em Centro Universitário até 31 de dezembro de 2014.

A instituição foi fundada em 2001 e possuía, na data de aquisição, cerca de 3.600 alunos e 120 professores distribuídos em 13 cursos de graduação e 24 de pós-graduação, além de cursos de extensão e livres.

Não se espera que o ágio reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda. A tabela a seguir resume as contraprestações pagas e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição:

	FACITEC
Valor da aquisição (a valor presente na data da aquisição)	
Caixa	18.000
Compromissos a pagar	9.884
Contraprestação contingente	5.770
Total da contraprestação	33.654
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	(1.120)
Ágio	32.534
Alocação do ágio	
Marca FACITEC	5.199
Licença de operação	433
Relacionamento com cliente	2.565
Goodwill	27.124
IR CS Diferidos	(2.787)
	FACITEC
Ativos adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	232
Clientes	1.462
Impostos e contribuições	3
Imobilizado	1.815
Intangível	21
Empréstimos e financiamentos	(180)
Fornecedores	(525)
Obrigações trabalhistas	(204)
Obrigações tributárias	(96)
Mensalidades recebidas antecipadamente	(130)
Parcelamentos	(704)
Provisões	(574)
Ativos líquidos adquiridos	1.120

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na data da aquisição, o pagamento efetuado totalizou R\$ 18.000, sendo R\$ 1,8 milhões referentes a dívidas existentes da FACITEC. O restante, R\$ 11.000 (R\$ 9.884 a valor presente), foi dividido em 5 parcelas anuais e consecutivas a serem pagas no aniversário da aquisição. Essas 5 parcelas foram inflacionadas e trazidas a valor presente pelo custo médio de dívida da Estácio de 9,05% (CDI + 1,5%).

Os ajustes a valor justo também levaram em consideração o valor do pagamento adicional a valor presente em 31.03.2013 de R\$ 5.770, totalizando o valor pago de R\$ 33.654.

(ii) Associação de Ensino de Santa Catarina ("ASSESC")

Em 30 de novembro de 2013, a Estácio adquiriu, através da sua controlada indireta SOCIEDADE EDUCACIONAL ATUAL DA AMAZÔNIA LTDA. ("ATUAL"), a totalidade das quotas da Associação de Ensino de Santa Catarina ("ASSESC"), mantenedora das Faculdades Integradas Associação de Ensino de Santa Catarina ("FASSESC"), instituição com sede e campus na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. O valor do investimento na ASSESC foi de R\$ 6.771, pagos da seguinte forma: R\$ 5.316 na data da transação e o restante dividido em três parcelas de R\$ 290, R\$ 582 e R\$ 583.

Fundada em 1987, a ASSESC possui aproximadamente 915 alunos e 4.970 vagas. A ASSESC possui um portfólio de 10 cursos superiores cadastrados no MEC e o ticket médio mensal é de aproximadamente R\$ 570,00. Recebeu pelo MEC, o índice geral de cursos igual a 3.

A tabela a seguir resume as contraprestações pagas e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição:

	ASSESC
Valor da aquisição (a valor presente na data da aquisição)	
Caixa	5.316
Compromissos a pagar	1.413
Total da contraprestação	<u>6.729</u>
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	<u>(1.225)</u>
Ágio	<u>5.504</u>
Alocação do ágio	
Marca ASSESC	586
Relacionamento com clientes	116
Licença de operações	397
Goodwill	4.778
IR CS Diferidos	(373)

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	ASDESC
Ativos adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	654
Clientes	464
Impostos e contribuições	78
Imobilizado	895
Intangível	5
Fornecedores	(75)
Obrigações trabalhistas	(258)
Obrigações tributárias	(25)
Provisões	(512)
Outras Obrigações	(1)
	<hr/>
Ativos líquidos adquiridos	<u>1.225</u>

Na data da aquisição, o pagamento efetuado totalizou R\$ 5.316, o restante, R\$ 1.455 (R\$ 1.413 a valor presente), foi dividido em 3 parcelas anuais e consecutivas a serem pagas no aniversário da aquisição. Essas 3 parcelas foram corrigidas pelo CDI da data-base e trazidas a valor presente pelo custo médio de dívida da Estácio, que é igual a CDI + 1,5%.

(iii) União dos Cursos Superiores SEB Ltda. ("UNISEB")

Em 12 de setembro de 2013, a Estácio Participações S.A. formalizou o compromisso de compra da totalidade das ações ("Operação") da TCA Investimentos e Participações Ltda. ("TCA"), sociedade limitada empresária a ser transformada em sociedade anônima antes do fechamento da Operação, com sede na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, controladora da UNISEB - União dos Cursos Superiores SEB Ltda. ("UNISEB").

Caso a operação seja concluída, o valor do investimento na UNISEB será de R\$ 615.318, a ser pago parte em recursos financeiros, parte em ações de emissão da Companhia. Para ser concluída a operação necessita ser aprovada em AGE.

A UNISEB possui aproximadamente 37,8 mil alunos em 3 campus (1 em Ribeirão Preto e 2 pela parceria com a FGV, em Araçatuba e São José do Rio Preto), contando seu portfólio com 14 cursos superiores presenciais, 13 cursos superiores à distância, 6 cursos de pós graduação presencial, 24 cursos de pós graduação à distância e 36 de pós-graduação/MBA em parceria com a FGV, além de cursos de extensão e cursos livres. A mensalidade média líquida de seus cursos na modalidade presencial é de aproximadamente R\$ 829 e na modalidade à distância é de R\$ 184.

Para ser concluída, a operação deverá ser submetida à aprovação da Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE").

(iv) Sociedade Educacional da Amazônia ("SEAMA")

Em 5 de abril de 2012, o Grupo adquiriu, a totalidade das quotas do capital social da SEAMA, mantenedora da Faculdade Seama, com sede e campus na Cidade de Macapá, Estado do Amapá. O valor da transação foi de R\$ 21.720, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data de aquisição a Seama possuía 2.750 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação.

Essa aquisição possibilitará a expansão da Companhia em um mercado que já atua, tornando-se, assim, a maior instituição de ensino superior privado da cidade.

Estácio Participações S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
(Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**(v) IDEZ Empreendimentos Educacionais
Sociedade Simples LTDA ("IDEZ")**

Em 25 de junho de 2012, o Grupo adquiriu a totalidade das quotas do capital social da IDEZ, mantenedora da Faculdade de Tecnologia IBRATEC de João Pessoa ("UNIBRATEC"), com sede e campus na Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba. O valor da transação foi de R\$ 2.750, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data de aquisição a IDEZ possuía 500 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação. A consolidação das atividades na Paraíba marcará a chegada da Estácio ao estado, consolidando a posição de instituição de ensino superior privado líder na região nordeste.

**(vi) Sociedade Educacional do
Rio Grande do Sul S/S Ltda. ("FARGS")**

Em 1º de agosto de 2012 a Companhia adquiriu a totalidade das quotas da FARGS, mantenedora das Faculdades Riograndenses, instituição com sede e campi na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O valor transação da FARGS foi de R\$ 9.000, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

A FARGS foi fundada em 1990 e possui aproximadamente 1.100 alunos e 117 professores alocados em 2 campi, disponibiliza 1.680 vagas anuais, contando em seu portfólio 11 cursos superiores e 8 de pós-graduação, além de cursos de extensão e cursos livres.

**(vii) UNIUOL Gestão de Empreendimentos
Educacionais e Participações S.A. ("UNIUOL")**

Em 21 de agosto de 2012 o Grupo adquiriu a totalidade das ações da UNIUOL, mantenedora da Faculdade de Tecnologia do Uniuol, instituição com sede e campus na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

O valor transação da UNIUOL foi de R\$ 616, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

A UNIUOL foi fundada em 2001 e possui aproximadamente 300 alunos e 37 professores alocados em 1 campus, contém em seu portfólio 3 cursos de graduação tecnólogos e 6 de pós-graduação

(viii) Unisãoluis Educacional S.A. ("Unisãoluis")

Em 12 de setembro de 2012 a Companhia adquiriu a totalidade das ações da Unisãoluis, com sede e campus na cidade de São Luis, Estado do Maranhão.

O valor da transação foi de R\$ 22.154, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data da aquisição a Unisãoluis possuía 4.000 alunos matriculados em seus cursos. A consolidação das atividades no Maranhão marcará a chegada da Estácio ao estado, consolidando a posição de instituição de ensino superior privado líder na região nordeste.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não se espera que o ágio reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda. A tabela a seguir resume as contraprestações pagas e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos nas datas das aquisições, realizadas em 2012:

	SEAMA	IDEZ	FARGS	UNIUOL	Unisãoluis	Total
Valor da aquisição						
Caixa	15.110	1.586	7.000	566	9.957	34.219
Compromissos a pagar	5.000	396	2.000	50	12.197	19.643
Total da Contraprestação	20.110	1.982	9.000	616	22.154	53.862
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	(1.243)	670	(387)	652	7.636	7.328
Ágio	18.867	2.652	8.613	1.268	29.790	61.190
Fundo de comércio	832	605	558	312	3.288	5.595
Goodwill	18.035	2.047	8.055	956	26.502	55.595
	SEAMA	IDEZ	FARGS	UNIUOL	Unisãoluis	Total
Caixa e equivalentes de caixa	606	221	370	104	232	1.533
Clientes	2.819	96	565	122	351	3.953
Credores diversos	102	14	256	1	3	376
Despesas antecipadas			10			10
Depósitos judiciais	315		26		123	464
Imobilizado	1.364	260	568	160	2.736	5.088
Empréstimos e financiamentos	(1.403)		(5)	(7)	(456)	(1.871)
Fornecedores	(115)	(5)	(38)	(8)	(653)	(819)
Obrigações trabalhistas	(650)	(641)	(828)	(649)	(470)	(3.238)
Obrigações tributárias	(502)	(173)	(43)	(227)	(441)	(1.386)
Contas a pagar	(2)	(32)	(76)	(7)	(162)	(279)
Partes relacionadas		(109)				(109)
Outras obrigações	(3)	(230)	(150)	(92)	(5.794)	(6.269)
Provisões	(1.288)	(71)	(268)	(49)	(3.105)	(4.781)
Ativos líquidos adquiridos	1.243	(670)	387	(652)	(7.636)	(7.328)

2.4 Reconhecimento da receita, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

(a) Receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço de atividade de ensino no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo reconhece a receita quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

(b) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação ao valor justo, de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

2.5 Conversão de moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, as contas bancárias e outros investimentos de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com baixo risco de mudança no valor, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia.

2.7 Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários de acordo com a finalidade determinada pela Administração para a qual foram adquiridos e estabelece a classificação no reconhecimento inicial para estes ativos financeiros, conforme as seguintes categorias:

- títulos para negociação - são adquiridos com finalidade de venda no curto prazo e mensurados ao valor justo. Os juros, as atualizações monetárias e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registrados no resultado;
- títulos mantidos até o vencimento - são adquiridos com a intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até o vencimento, sendo reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, tendo os rendimentos alocados ao resultado; e
- títulos disponíveis para venda - são instrumentos não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. São mensurados ao valor justo e os juros e as atualizações monetárias são registrados no resultado, enquanto que as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registradas no patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial, sendo transferidas para o resultado do exercício quando da liquidação do título.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a totalidade dos títulos e valores mobiliários da Companhia classificam-se como "Títulos para negociação".

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.8 Contas a receber e mensalidades antecipadas

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços faturados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("Provisão para devedores duvidosos - PDD" ou *impairment*).

2.9 Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos.

2.10 Investimentos em controladas (aplicável somente para as demonstrações financeiras individuais)

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura - *goodwill* é apresentado no investimento.

2.11 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 10 que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriados, ao final de cada exercício.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.12 Intangível

(a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pelo excedente remanescente após a alocação do valor pago a todos os ativos e passivos tangíveis e intangíveis identificados da controlada adquirida. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment).

Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(b) Fundo de comércio (carteira de alunos)

As relações contratuais com alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o aluno.

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.13 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.14 Arrendamento mercantil

Arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota 10. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Arrendamento operacional

São reconhecidos no resultado do exercício pelos pagamentos efetuados em base linear durante o prazo do contrato, obedecendo ao regime de competência dos exercícios.

2.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.17 Provisão para desmobilização de ativos

Representa a estimativa de gastos futuros de restauração das edificações alugadas em que as unidades de ensino da Companhia estão localizadas. São reconhecidos no imobilizado pelo seu valor presente, descontado a uma taxa de crédito ajustado, como parte do valor dos ativos que lhes deu origem, desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. Os juros incorridos pela atualização da provisão estão classificados como despesas financeiras. As estimativas de desmobilização revisadas anualmente sofrem depreciação/amortização nas mesmas bases dos ativos principais.

2.18 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.19 Tributação

As controladas que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- IRPJ e CSLL, instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e
- PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica. Ainda em decorrência da alteração da forma jurídica para sociedade empresária, os seguintes eventos passaram a ocorrer a partir de outubro de 2005 e fevereiro de 2007:

- (i) Término da imunidade tributária no âmbito do Imposto sobre Serviços ("ISS").
- (ii) Perda da isenção de 100% da cota patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), arcando com o ônus da mesma em bases escalonadas como previsto na legislação do PROUNI (20% no 1º ano, 40% no 2º ano até 100% no 5º ano). Em 2012, a Companhia passou a arcar com 100% da cota patronal do INSS.

A Estácio Participações S.A. (Controladora) não goza das isenções advindas do PROUNI e apura normalmente os tributos federais.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente ao PROUNI, que permite que esses tributos não sejam recolhidos sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e tecnológica e sejam transformados em reserva de lucro.

PIS e COFINS

As regras do PROUNI definem que estão isentas de recolhimento do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.20 Pagamento baseado em ações

A Companhia concede a seus principais executivos e administradores um plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços destes executivos e administradores como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo. O valor justo dos serviços, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de receitas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

2.21 Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.22 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33). (Nota 22)

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

2.23 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.24 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Perda (impairment) do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.13. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas a seguir:

	Em percentuais	
	2013	2012
Margem bruta média (i)	41,5	38,7
Taxa de crescimento (ii)	5	5
Taxa de desconto (iii)	14,6	14,6

(i) Margem bruta orçada média.

(ii) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.

(iii) Taxa de desconto antes do imposto, aplicada às projeções do fluxo de caixa.

Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1% maior que as estimativas da administração (por exemplo, 15,6% ao invés de 14,6%), o Grupo também não teria reconhecido nenhuma perda (impairment) do ágio.

(ii) Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e as correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 21(b).

(iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisões para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Vida útil dos ativos

A Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus ativos, tendo como base laudos de avaliadores externos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no saldo de vida útil remanescente.

2.25 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

2.26 Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de demonstrações financeiras e como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.27 Instrumentos financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, depósitos judiciais, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do período.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receita (despesa) financeira" no período em que ocorrem.

(b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação e ativos ou passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos e passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39).

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a Companhia não possuía operações com derivativos.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) *Impairment* de ativos financeiros

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.28 Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.29 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 10 de janeiro de 2014.
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 10 de janeiro de 2015.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo 1.

3 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Caixa e bancos	160	132	7.132	18.132
Caixa e equivalentes de caixa	160	132	7.132	18.132
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	100.846	39.505	107.692	51.068
Fundos de Investimento	145.184	1.105	153.825	2.908
Operações Compromissadas	408.475	47.885	470.534	68.364
Títulos e valores mobiliários	654.505	88.495	732.051	122.340
	<u>654.665</u>	<u>88.627</u>	<u>739.183</u>	<u>140.472</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB são remunerados por dois indexadores, pelo CDI com taxas variando de 94,2% a 101,6% em 31 de dezembro de 2013 (de 95,2% a 104,0% em 31 de dezembro de 2012) e IPCA, onde são acrescidos de 2,44% a.a.

As Operações Compromissadas, lastreadas por debêntures de primeira linha, estão registradas ao seu valor justo, remuneradas a taxa de 75% a 105,7% do CDI em 31 de dezembro de 2013 (de 100,0% a 103,5% do CDI em 31 de dezembro de 2012).

Os valores justos de títulos negociados no mercado são baseados em fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa baseada na taxa de juros do mercado e no prêmio de risco específico para esses títulos e valores mobiliários (2013 - 10,00%; 2012 - 8,50%). Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou *impaired*.

Os fundos de investimento consistem em fundos não exclusivos de renda fixa e multimercado, cuja carteira é composta principalmente por títulos públicos, debêntures de empresas de primeira linha e outros títulos de renda fixa.

A Companhia possui uma Política de Investimentos e Derivativos financeiros que determina que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2013 as operações são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e IPCA.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a totalidade dos títulos e valores mobiliários da Companhia classificam-se como "Títulos para negociação".

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
(Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Contas a receber

	Consolidado	
	2013	2012
Mensalidades de alunos	261.670	235.319
FIES (a)	78.885	55.735
Convênios e Permutas	27.762	32.349
Cartões a receber (b)	25.281	18.982
Acordos a receber	30.226	19.896
	<u>423.824</u>	<u>362.281</u>
Valores a identificar	797	(6.187)
Provisão para devedores duvidosos (c)	<u>(89.989)</u>	<u>(76.437)</u>
	<u>334.632</u>	<u>279.657</u>

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	2013	%	2012	%
FIES	78.885	19	55.735	15
A vencer	81.179	19	76.258	21
Vencidas até 30 dias	45.683	11	37.217	10
Vencidas de 31 a 60 dias	39.169	9	31.599	9
Vencidas de 61 a 90 dias	29.897	7	28.839	8
Vencidas de 91 a 179 dias	59.022	14	56.196	16
Vencidas a mais de 180 dias	89.989	21	76.437	21
	<u>423.824</u>	<u>100</u>	<u>362.281</u>	<u>100</u>

A composição por idade dos acordos a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	2013	%	2012	%
A vencer	16.732	55	7.558	38
Vencidas até 30 dias	3.157	10	2.349	12
Vencidas de 31 a 60 dias	2.055	7	917	5
Vencidas de 61 a 90 dias	1.866	6	1.109	5
Vencidas de 91 a 179 dias	3.225	11	3.159	16
Vencidas a mais de 180 dias	3.191	11	4.804	24
	<u>30.226</u>	<u>100</u>	<u>19.896</u>	<u>100</u>

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) As contas a receber FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto a Caixa Econômica Federal - CEF e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias e impostos federais, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional.

Em 2013, as contas a receber de FIES estão apresentadas pelo valor líquido das estimativas de perda conforme abaixo:

- (i) Para alunos FIES com fiador foi constituída provisão para o percentual de 2,25% dos contas a receber com essa característica, considerando as premissas de 15% de risco de crédito sobre 15% de inadimplência.
- (ii) Para o risco não coberto do FGEDUC foi constituída provisão para os 10% dos créditos de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 90% restantes) sobre os 15% de risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,225%.
- (iii) Para o risco não coberto do FGEDUC foi constituída provisão para os 20% de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 80% restantes) sobre os 15% de risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,450%.
- (b) Parte substancial dos saldos de cartões a receber é decorrente de negociação de mensalidades em atraso.
- (c) A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa no consolidado segue demonstrada abaixo:

Descrição	2012	Aumento bruto da provisão para inadimplência	Recuperação da inadimplência	Efeito líquido da provisão	Baixa	2013
Mensalidades e taxas	59.702	159.261	(65.712)	93.549	(82.123)	71.128
Adquiridas	16.735	23.491	(11.728)	11.763	(9.637)	18.861
	<u>76.437</u>	<u>182.752</u>	<u>(77.440)</u>	<u>105.312</u>	<u>(91.760)</u>	<u>89.989</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 a despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 25), reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de despesas comerciais, estava representada da seguinte forma:

	2013	2012
Complemento da provisão (i)	105.312	95.418
Baixa de cobrança e depósito não identificado	(2.748)	427
Venda de carteira de clientes	(8.603)	(5.195)
PDD das empresas adquiridas	(2.323)	(11.108)
Risco de crédito FIES	9	
Outros	613	505
	<u>92.260</u>	<u>80.047</u>

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) A fim de facilitar a compreensão e permitir a reconciliação direta da provisão para devedores duvidosos, entre o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, a Companhia entende que tal movimentação deve considerar como complemento o montante consolidado que resta sem recebimento após 180 dias da data do respectivo faturamento e como recuperação, o montante consolidado recebido/renegociado dos boletos que até o mês anterior não haviam sido liquidados.

5 Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, nos termos do item 23 do Pronunciamento Técnico CPC 05 e estão descritas a seguir:

	Controladora		Consolidado		Indexação
	2013	2012	2013	2012	
Ativo circulante					
Mútuo					
SESES	912	813			110% CDI
Nova Academia do Concurso	1				110% CDI
FAL	1				110% CDI
Fatern	2				110% CDI
IREP	138	78			110% CDI
Atual	4				110% CDI
Seama	3				110% CDI
Editora	6	6			110% CDI
FARGS	1				110% CDI
São Luís	3				110% CDI
Facitec	3				110% CDI
Sociedades controladas	<u>1.074</u>	<u>897</u>			
Pessoas ligadas			<u>259</u>	<u>259</u>	100% CDI
	<u>1.074</u>	<u>897</u>	<u>259</u>	<u>259</u>	
Despesas antecipadas (i)				1.300	
Fundo de investimento (ii)			<u>5.511</u>	<u>1.027</u>	
			<u>5.511</u>	<u>2.327</u>	
Ativo não circulante					
AFAC - Investimentos (Nota 8)					
IREP	27.918				
Nova Academia	1.450	705			
SESES	<u>500</u>	<u>35.900</u>			
	<u>29.868</u>	<u>36.605</u>			

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado		
	2013	2012	2013	2012	Indexação
Passivo circulante					
Sociedades controladas					
SESES	4.140	3.119			110% CDI
IREP	65	3			110% CDI
Atual	3				110% CDI
Nova Academia	3				110% CDI
FAL	1				110% CDI
Fatern	2				110% CDI
Seama	4				110% CDI
	<u>4.218</u>	<u>3.122</u>			

Composição resultado

	2013	2012
Resultado em operações de mútuo		
Juros recebidos		(379)
Juros pagos		<u>331</u>
Resultado líquido em 31 de dezembro		<u>(48)</u>

- (i) Em 5 de julho de 2011, a Companhia firmou Contrato de Prestação de Serviço de Gestão com a AREmor Consultoria e Treinamento Ltda ("AREmor"), empresa pertencente a um membro da Diretoria da Companhia, cujo o objeto consiste em serviços de gestão e administração das unidades situadas na Regional Norte, compreendendo serviços relacionados às melhores práticas e esforços da Companhia para (i) obtenção de licenças, certificados, autorizações do Ministério da Educação e Cultura ou qualquer outro órgão governamental necessário à condução ou expansão das atividades das unidades situadas na Regional Norte, (ii) quando solicitado, representar os interesses das unidades situadas na Regional Norte da Companhia junto a entidades governamentais locais, estaduais ou federais, (iii) orientar e prestar todo o auxílio necessário para que as unidades situadas na Regional Norte da Companhia venham a se tornar um Centro Universitário, (iv) manter registros e processos em ordem, garantindo êxito nos processos de auditoria interna e externa, (v) elaborar e cumprir o orçamento das unidades situadas na Regional Norte, de acordo com orientações da Companhia, (vi) elaborar estratégias e campanhas de marketing local (alinhadas às diretrizes da Companhia e de seus controladores) para prospecção de novos alunos e crescimento das unidades situadas na Regional Norte, (vii) elaborar estratégias para manutenção da base de alunos das unidades situadas na Regional Norte, (viii) garantir a satisfação dos alunos e clima dos funcionários, (ix) tecer rede de relacionamentos com público externo; (x) garantir o plano de expansão das unidades situadas na Regional Norte da Estácio aprovado no plano de CAPEX, (xi) garantir a implantação dos grandes projetos corporativos nas unidades situadas na Regional Norte da Companhia, (xii) orientar melhorias nas atividades da secretaria local, (xiii) implementar e manter a cultura, visão, missão, e valores, da Companhia e de seus controladores, (xiv) garantir as boas condições de funcionamento das unidades situadas na Regional Norte da Companhia, e (xv) demais outras atividades relacionadas às unidades situadas na Regional Norte da que venham a ser razoavelmente solicitadas pela Companhia. Em janeiro e maio de 2012 foram adiantados à AREmor R\$ 1.000 e R\$ 300, respectivamente, que corresponde parte do contrato. Esse preço está associado ao atingimento de metas de base de alunos que serão viabilizadas pela obtenção de licenças, certificados e autorizações que transformarão as unidades situadas na Regional Norte em Centro Universitário. Em 31 de dezembro de 2013, o valor que havia sido pago antecipadamente foi incorrido na totalidade.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui R\$ 5.511 aplicados no fundo BRZ Renda Fixa Fundo de Investimento CP, cujas cotas foram adquiridas pelo Fundo Exclusivo de Investimento Estapart do banco BTG Pactual. A GP Investimentos, acionista da Companhia até 20/09/2013, possui participação de 90,6% no capital social da BRZ Investimentos, gestora do Fundo BRZ. Os Conselheiros de Administração Srs. Eduardo Alcalay, Marcelo Cunha Ribeiro e Eduardo Romeu Ferraz tem relação com a GP Investimentos, na qualidade de Sócios Diretores e/ou Associados.

6 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Seguros	122	100	2.073	1.393
Material didático (*)			12.932	6.128
Antecipação de férias e encargos			41.920	21.522
Taxa de Credenciamento - MEC			2.573	1.277
Outras despesas antecipadas		442	571	1.948
Total	122	542	60.069	32.268
Ativo circulante	122	542	57.515	30.931
Ativo não circulante			2.554	1.337
	122	542	60.069	32.268

- (*) Refere-se aos custos incorridos com direito autoral, gráfica e postagem para produção de material didático a ser utilizado, parte no período e parte em período subsequente. São contabilizados como despesa antecipadas e apropriados ao longo do período de utilização.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
(Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
IRPJ	6.119	6.301	21.066	15.761
CSLL	828	249	4.600	2.112
PIS	3	(2)	253	171
COFINS	1	(5)	848	501
ISS	77	74	17.601	11.581
INSS			11.112	1.194
FGTS			46	43
IOF	106	105	112	111
	<u>7.134</u>	<u>6.722</u>	<u>55.638</u>	<u>31.474</u>
Ativo circulante	651		30.004	10.588
Ativo não circulante	<u>6.483</u>	<u>6.722</u>	<u>25.634</u>	<u>20.886</u>
	<u>7.134</u>	<u>6.722</u>	<u>55.638</u>	<u>31.474</u>

8 Investimentos em controladas

	Controladora	
	2013	2012
Sociedade de Ensino Superior Estácio Sá Ltda. - Seses	626.935	453.115
IREP-Sociedade de Ensino Superior Médio e Fundamental Ltda.	484.405	350.141
Nova Academia de Concurso - Cursos Preparatórios Ltda.	16.280	14.814
Estácio Editora e Distribuidora Ltda.	(24)	(18)
	<u>1.127.596</u>	<u>818.052</u>

As informações das controladas estão representadas a seguir:

2013								
Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ágio	Resultado da equivalência patrimonial	
Seses	100%	340.577	774.453	148.018	626.435	500	106.000	
Irep	100%	211.000	630.238	236.193	394.045	27.918	133.953	
Nova Academia de Concurso	100%	6.370	4.425	3.613	812	1.450	(1.510)	
Estácio Editora e Distribuidora Ltda.	100%	250	42	71	(29)	5	(6)	
		<u>1.409.158</u>	<u>387.895</u>	<u>1.021.263</u>	<u>29.868</u>	<u>76.465</u>	<u>238.437</u>	
2012								
Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ágio	Resultado da equivalência patrimonial	
Seses	100%	267.227	609.571	192.357	417.214	35.900	50.884	
Irep	100%	211.000	454.503	166.804	287.699	62.442	84.881	
Nova Academia de Concurso	100%	4.475	3.995	3.903	92	14.018	(1.623)	
Estácio Editora e Distribuidora Ltda.	100%	250	41	64	(23)	5	(8)	
		<u>1.068.110</u>	<u>363.128</u>	<u>704.982</u>	<u>36.605</u>	<u>76.465</u>	<u>134.134</u>	

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos em controladas nos período e exercício findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2011	663.058
Equivalência patrimonial	134.134
Aumento de capital	94.648
Adiantamento para futuro aumento de capital	(8.492)
Dividendos	(93.699)
Reserva de retenção de lucros (i)	23.865
Opções outorgadas	<u>4.538</u>
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2012	818.052
Equivalência patrimonial	238.437
Aumento de capital	38.975
Adiantamento para futuro aumento de capital	29.868
Dividendos	(58.118)
Reserva de retenção de lucros (ii)	53.699
Opções outorgadas	<u>6.683</u>
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2013	<u>1.127.596</u>

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a controlada IREP efetuou proposta de dividendo no montante de R\$ 36.866. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 3 de maio de 2012, relativo à esses dividendos propostos, foram aprovados R\$ 13.000 a serem pagos como dividendos e o montante remanescente de R\$ 23.865 foi destinado à constituição de reserva de retenção de lucros.
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as controladas IREP e SESES efetuaram propostas de dividendos no montante de R\$ 93.699. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 17 de junho de 2013, relativa a esses dividendos propostos, foram aprovados R\$ 40.000, dos quais já foram pagos R\$ 26.000 e R\$ 14.000 em 26 de junho e 30 de outubro de 2013 respectivamente. O montante remanescente de R\$ 53.699 foi destinado à constituição de reserva de retenção de lucros.

As informações contábeis das controladas utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial foram relativas à data-base 31 de dezembro de 2013.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Intangível

	Controladora						Consolidado						
	Direito de uso de software	Fundo de comércio	Total	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	EAD e integração	CSC	Central de ensino	Central de relaciona-mento	Fundo de comércio	Marcas e patentes	Outros	Total
Saldos em 1ºde janeiro de 2012	6	818	824	141.590	26.967	7.988	925	30.121	1.878	10.395		7.993	227.857
Decorrente de combinação de negócio											2		2
Adições				61.271	18.069	386		11.597		1.143		11.538	104.004
Transferências				(5.595)	(15)	15				5.595			
Depreciação/amortização	(1)	(273)	(274)		(13.971)	(2.851)	(388)	(1.306)	(469)	(4.627)	(2)	(351)	(23.965)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	5	545	550	197.266	31.050	5.538	537	40.412	1.409	12.506		19.180	307.898
Decorrente de combinação de negócio					26								26
Adições	20		20	32.769	24.474	646		7.317		9.296		15.707	90.209
Baixas					(3.914)								(3.914)
Depreciação/amortização	(5)	(164)	(169)		(11.445)	(2.732)	(388)	(1.995)	(470)	(6.170)		(1.718)	(24.918)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	20	381	401	230.035	40.191	3.452	149	45.734	939	15.632		33.169	369.301
	Controladora						Consolidado						
	Direito de uso de software	Fundo de comércio	Total	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	EAD e integração	CSC	Central de ensino	Central de relaciona-mento	Fundo de Comércio	Marcas e patentes	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013					26								26
Decorrente de combinação de negócio													
Custo total	28	818	846	236.959	90.327	15.303	1.940	54.154	2.348	26.429		35.504	462.964
Amortização acumulada	(8)	(437)	(445)	(6.924)	(50.162)	(11.851)	(1.791)	(8.420)	(1.409)	(10.797)		(2.335)	(93.689)
Valor residual	20	381	401	230.035	40.191	3.452	149	45.734	939	15.632		33.169	369.301
Saldos em 31 de dezembro de 2012											2		2
Decorrente de combinação de negócio													
Custo total	7	818	825	204.190	70.565	14.656	1.940	46.837	2.348	17.133		19.796	377.465
Amortização acumulada	(2)	(273)	(275)	(6.924)	(39.515)	(9.118)	(1.403)	(6.425)	(939)	(4.627)	(2)	(616)	(69.569)
Valor residual	5	545	550	197.266	31.050	5.538	537	40.412	1.409	12.506		19.180	307.898
Taxas anuais de amortização	20% a.a.	20% a.a.		Indefinida	20% a.a.	20% a.a.	20% a.a.	5% a.a.	20% a.a.	20% a.a.		20% a.a.	

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o ágio apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	Consolidado	
	2013	2012
Ágio em aquisições de investimentos (Nota 2.3)		
IREP	89.090	89.090
ATUAL	15.503	15.503
Seama	18.035	18.035
Idez	2.047	2.047
Uniuol	956	956
Fargs	8.055	8.055
São Luis	27.369	26.502
Facitec	27.124	
Assesc	4.778	
FAL	8.076	8.076
FATERN	14.979	14.979
Nova Academia	14.018	14.018
Estacio Editora	5	5
	230.035	197.266

A Companhia avalia anualmente para *impairment*, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2013, estes ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 5 anos, utilizando taxa nominal de 5,0 % ao ano como taxa de crescimento na perpetuidade (equivalente à taxa de inflação de longo prazo, não considerando qualquer crescimento real) e uma única taxa de desconto nominal de 14,6% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados. O teste de recuperação dos ativos efetuado não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Estácio Participações S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
(Consolidadas e da Controladora)**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Imobilizado

Imobilizado - Controladora

	Computadores e periféricos	Saldo final
Saldos em 31 de dezembro de 2011	6.068	6.068
Depreciação/amortização	<u>(2.361)</u>	<u>(2.361)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	3.707	3.707
Aquisições	1.010	1.010
Depreciação/amortização	<u>(2.361)</u>	<u>(2.361)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u><u>2.356</u></u>	<u><u>2.356</u></u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013		
Custo total	10.090	10.090
Depreciação acumulada	<u>(7.734)</u>	<u>(7.734)</u>
Valor residual	<u><u>2.356</u></u>	<u><u>2.356</u></u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012		
Custo total	9.080	9.080
Depreciação acumulada	<u>(5.373)</u>	<u>(5.373)</u>
Valor residual	<u><u>3.707</u></u>	<u><u>3.707</u></u>
Taxa anual de depreciação (%)	25,0	

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imobilizado - Consolidado

	Terrenos	Edifi- cações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de atividades físicas/ hospitalares	Biblioteca	Instalações	Outros	Construções em andamento	Desmobi- lização	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2012	19.830	45.514	29.409	22.957	33.320	21.940	10.206	40.362	6.872	9.002	21.660	2.729	263.801
Decorrente de combinação de negócio			847	951	450	682	237	1.251	28	642			5.088
Adições		961	2.569	3.762	6.834	9.651	4.566	6.818	1.608	12.165	14.809	512	64.255
Baixas	(350)	(280)	(9)	(25)	(161)	(38)		(2)		(12)		(1.047)	(1.924)
Transferências		1.374	10.767					(8)		8	(12.141)		
Depreciação/amortização		(1.118)	(7.719)	(2.957)	(11.679)	(5.960)	(876)	(2.706)	(893)	(1.618)		(1.034)	(36.560)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	19.480	46.451	35.864	24.688	28.764	26.275	14.133	45.715	7.615	20.187	24.328	1.160	294.660
Decorrente de combinação de negócio			412	268	268	635		1.271	41	83			2.710
Adições		503	5.625	7.737	7.430	7.874	6.434	13.050	4.854	16.592	11.315		81.414
Baixas		(52)		(48)	(42)	(92)	(6)			(44)	(95)	(507)	(885)
Transferências		5.056	19.360	26	9		83		2	(119)	(24.417)		
Depreciação/amortização		(1.169)	(9.036)	(3.547)	(12.682)	(7.851)	(1.269)	(3.267)	(1.094)	(3.377)		1.007	(42.285)
Saldos em 31 dezembro de 2013	<u>19.480</u>	<u>50.789</u>	<u>51.813</u>	<u>29.268</u>	<u>23.748</u>	<u>26.841</u>	<u>19.375</u>	<u>56.769</u>	<u>11.418</u>	<u>33.322</u>	<u>11.131</u>	<u>1.660</u>	<u>335.614</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013													
Decorrente de combinação de negócio													
Custo total	19.480	89.993	131.673	62.766	93.131	73.535	32.147	96.448	17.516	42.146	11.131	11.650	681.616
Depreciação acumulada		(39.204)	(79.860)	(33.498)	(69.383)	(46.694)	(12.772)	(39.679)	(6.098)	(8.824)		(9.990)	(346.002)
Valor residual	<u>19.480</u>	<u>50.789</u>	<u>51.813</u>	<u>29.268</u>	<u>23.748</u>	<u>26.841</u>	<u>19.375</u>	<u>56.769</u>	<u>11.418</u>	<u>33.322</u>	<u>11.131</u>	<u>1.660</u>	<u>335.614</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012													
Decorrente de combinação de negócio			847	951	450	682	237	1.251	28	217			4.663
Custo total	19.480	84.610	100.234	51.084	82.140	63.499	25.286	77.541	12.498	24.941	24.328	12.060	577.701
Depreciação acumulada		(38.159)	(65.217)	(27.347)	(53.826)	(37.906)	(11.390)	(33.077)	(4.911)	(4.971)		(10.900)	(287.704)
Valor residual	<u>19.480</u>	<u>46.451</u>	<u>35.864</u>	<u>24.688</u>	<u>28.764</u>	<u>26.275</u>	<u>14.133</u>	<u>45.715</u>	<u>7.615</u>	<u>20.187</u>	<u>24.328</u>	<u>1.160</u>	<u>294.660</u>
Taxas anuais de depreciação - %		1,67	11,11	8,33	25,00	8,33	6,67	5,00	8,33	16,67			

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme mencionado na Nota 11, determinados bens adquiridos através de financiamento foram dados em garantia aos respectivos contratos. A Companhia não concedeu outras garantias de bens de sua propriedade em nenhuma transação efetuada.

Veículos e máquinas incluem os seguintes valores nos casos em que o Grupo é arrendatário em uma operação de arrendamento financeiro:

	Consolidado	
	2013	2012
Custo - arrendamentos financeiros capitalizados	48.392	43.258
Depreciação acumulada	(35.625)	(30.552)
Saldo contábil, líquido	12.767	12.706

O Grupo arrenda diversas máquinas e equipamentos, segundo contratos de arrendamento financeiros não canceláveis. Os prazos dos arrendamentos são de três a quatro anos e a propriedade dos ativos é do Grupo.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (IAS 36), "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação (valor de mercado), são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica. Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

11 Empréstimos e financiamentos

		Controladora		Consolidado	
Modalidade	Encargos financeiros	2013	2012	2013	2012
Em moeda nacional					
Capital de giro	1,70% a.m e/ou CDI + 0,25% a.m			228	228
Contratos de arrendamento mercantil	IGPM + 12,3% a.a	1.010		1.010	4
Contratos de arrendamento mercantil Colortel	INPC + 0,32% a.a			5.721	5.813
Contratos de arrendamento mercantil Assist				653	1.325
Contratos de arrendamento mercantil CIT				0	33
Contratos de arrendamento mercantil Total Service				113	
Aymoré Financiamentos	1,78% a.m				8
Empréstimo IFC	CDI +1,53% a.a	64.395	67.315	64.395	67.315
Emissão de Debêntures	CDI +1,60% a.a	201.159	200.330	201.159	200.331
Opção de Recompra de Ações Banco Itaú (Nota 18(d))		34	4.660	34	4.660
Empréstimo - Banco do Brasil					7
Empréstimo - FEE BNB	3% a.a			1.593	
		266.598	272.305	274.906	279.724
Passivo circulante		31.246	9.978	36.692	13.856
Passivo não circulante		235.352	262.327	238.214	265.868
		266.598	272.305	274.906	279.724

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos de captação somam R\$ 3.527 em 31 de dezembro de 2013, sendo R\$ 2.519 dos empréstimos com o IFC (R\$ 556 do 1º empréstimo e R\$ 1.963 do 2º empréstimo) e R\$ 1.008 das debêntures. A taxa efetiva de juros das debêntures (TIR) anual é de 11,00%.

Em 2012 o Grupo mantinha linha de crédito não utilizada com o IFC no montante de USD 60 milhões (equivalentes a R\$ 122.574). Em 2013, o Grupo solicitou o cancelamento dessa linha de crédito.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
2014		27.336		28.509
2015	49.118	48.690	51.310	49.874
2016	68.613	68.690	69.067	69.874
2017	88.613	88.690	88.829	88.690
2018	8.863	8.691	8.863	8.691
2019	8.863	8.892	8.863	8.892
2020	8.863	8.892	8.863	8.892
2021	2.419	2.446	2.419	2.446
Passivo não circulante	235.352	262.327	238.214	265.868

Os recursos captados serão destinados para reforço de caixa para fazer frente à política de expansão que inclui, mas não se limita a aquisições de empresas do setor e/ou criação de novos campi.

As condições de recompra de ações estão detalhadas na Nota 21.

(a) Contratos de arrendamento mercantil

Em garantia dos arrendamentos mercantis foram oferecidas notas promissórias avaliadas pelos sócios e os próprios bens arrendados, no valor de R\$ 48.392.

(b) Empréstimo IFC

Em garantia dos empréstimos captados junto ao IFC foram oferecidos recebíveis das unidades da IREP e UNESA em contas vinculadas, não havendo penhora de bens, fianças ou aplicações financeiras caucionadas, ficando estabelecido um fluxo mensal mínimo nestas contas de R\$ 33.000.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Esses empréstimos contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

(c) Debêntures

Assim como os contratos de empréstimos com o IFC, as debêntures também possuem cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

As debêntures foram emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados. São da espécie quirografária, simples, não conversíveis em ações. A presente emissão não possuía cláusula de repactuação. Os títulos farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,60% ao ano.

A data de emissão foi em 25 de novembro de 2011 e o seu vencimento (principal) ocorrerá em 25 de novembro de 2017, ressalvadas a oferta de resgate antecipado e hipóteses de vencimento antecipado, previstos na escritura. Os juros são pagos semestralmente (maio e novembro).

Abaixo o fluxo de pagamento das debêntures:

	2013
2014	21.909
2015	39.750
2016	59.750
2017	79.750
	201.159

O valor justo da parte dos empréstimos classificados no circulante é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimo de 11,52% (2012 - 8,60%).

Os valores contábeis dos empréstimos de curto prazo aproximam-se de seu valor justo.

Os valores dos empréstimos do Grupo são denominados em Reais.

12 Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Salários e encargos sociais a pagar	135	136	64.956	50.367
Provisão de férias			14.716	15.360
Provisão de 13º salário				
	135	136	79.672	65.727

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
(Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
ISS a recolher	4	2	13.212	11.161
IRRF a recolher	40	16	6.282	5.583
PIS e COFINS a recolher	(7)	3	759	922
IOF			384	384
	37	21	20.637	18.050
IRPJ a recolher	1.551		9.660	3.031
CSLL a recolher	568	3	3.725	1.148
	2.119	3	13.385	4.179
	2.156	24	34.022	22.229

14 Parcelamentos de tributos

	Consolidado	
	2013	2012
IRPJ	67	72
CSLL	107	115
FGTS	12	12
ISS	1.008	167
PIS	85	66
COFINS	323	346
INSS	6.832	7.842
	8.434	8.620
Passivo circulante	1.495	2.210
Passivo não circulante	6.939	6.410
	8.434	8.620

Mensalmente o saldo de parcelamentos é atualizado pela SELIC.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Referem-se basicamente a parcelamentos de tributos junto às Prefeituras, Receita Federal e Previdência Social e os seus vencimentos são apresentados abaixo:

	Consolidado	
	2013	2012
2014		697
2015	777	697
2016	777	697
2017	777	697
2018 a 2027	4.608	3.622
	6.939	6.410

15 Compromissos a pagar

	Consolidado	
	2013	2012
Atual		1.274
Fal	785	87
Fatern	1.529	1.757
Seama	2.011	5.145
Idez	217	445
Fargs	1.108	2.072
Uniuol	461	583
Facitec	19.032	
São Luís	12.848	12.802
Assesc	1.481	
	39.472	24.165
Passivo circulante	22.206	12.985
Passivo não circulante	17.266	11.180
	39.472	24.165

Refere-se basicamente ao valor a pagar aos antigos proprietários, referente à aquisição das empresas relacionadas, sendo corrigido mensalmente por um dos seguintes índices: taxa SELIC ou IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou variação do CDI.

16 Provisões para contingências

As controladas são partes envolvidas em processos de naturezas cível, trabalhista e tributária que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a provisão para contingências era composta da seguinte forma:

	Consolidado	
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
Saldos em 31 de dezembro de 2013		
Cíveis	3.250	17.491
Trabalhistas	25.130	78.319
Tributárias		8.248
	<u>28.380</u>	<u>104.058</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012		
Cíveis	3.955	13.138
Trabalhistas	19.241	62.157
Tributárias	9	7.926
	<u>23.205</u>	<u>83.221</u>

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	9	19.241	3.955	23.205
Adições		22.952	1.507	24.459
Reversões	(9)	(17.063)	(2.212)	(19.284)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u></u>	<u>25.130</u>	<u>3.250</u>	<u>28.380</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a despesa com provisão para contingências, reconhecida na demonstração do resultado na rubrica 'despesas gerais e administrativas', estava representada da seguinte forma:

	2013	2012
Composição resultado		
Adições	24.459	5.118
Reversões	(19.284)	(5.119)
Reversão Responsabilidade antigos quotistas	(161)	(807)
Outros	(70)	
Despesas gerais e administrativas (Nota 25)	<u>4.944</u>	<u>(808)</u>

(a) Cíveis

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais, decorrentes de cobranças indevidas, demora na expedição de diplomas, não devolução de taxas de matrículas de cursos de férias, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a administração mantém provisão no montante de R\$ 3.250 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 3.955 em 31 de dezembro de 2012).

As provisões constituídas para processos de natureza cível decorrem dos seguintes objetos:

Objetos	Em milhares de reais
Indenização danos morais	2.284
Cobrança indevida	553
Impedimento de matrícula/rematricula	68
Problemas com disciplina	46
Devolução de taxas	45
Demora expedição de diploma	35
Outros*	219
	3.250

- Tratam-se de ações decorrentes de outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico, Ações Cíveis Públicas, Ações Renovatórias/Revisionais e demais indenizatórias.

Os consultores jurídicos da Companhia efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 89.038 (R\$ 73.148 em 31 de dezembro de 2012).

Dentre as principais ações cíveis não provisionadas, podemos destacar:

- Ação de cobrança decorrente de contrato de seguro de saúde, através da qual a seguradora que atendia os nossos colaboradores alega possuir um crédito em face da Companhia, oriundo de suposto excesso na taxa de sinistralidade. Alega a Seguradora que o prêmio pago não foi suficiente para suportar todos os sinistros verificados na vigência do seguro saúde dos funcionários da Companhia. O processo encontra-se em fase de conhecimento. O valor estimado para esse processo é de R\$ 5.782.
- Ação de Cobrança de Aluguel e Outras Obrigações, decorrente de Contrato de Sublocação do Imóvel, firmado em 1º de janeiro de 1998, e encerrado em 15 de setembro de 2008, quando da entrega das chaves, ação essa em que a parte autora pleiteia, resumidamente, a condenação da Companhia no (i) pagamento as diferenças de aluguéis no valor de R\$ 496; (ii) pagamento do valor necessário para a reparação do imóvel, estipulado em R\$ 1.080, conforme devidamente apurado por meio de três orçamentos apresentados unilateralmente pela autora; (iii) aluguéis referentes ao período em que o imóvel está supostamente indisponível para utilização, tendo em vista as alegadas péssimas condições em que se encontra, até o tempo necessário para a realização dos reparos; (iv) multa correspondente a 3 meses de aluguel, pelo suposto descumprimento da obrigação de apresentar a documentação do imóvel e de devolver o imóvel em condições de uso. Em 15 de setembro de 2011, foi proferida sentença de procedência parcial, condenando a Companhia ao pagamento de perdas e danos. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso interposto pelas partes. O valor estimado para esse processo é de R\$ 1.500.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Ação Civil Pública, com pedido de tutela antecipada, proposta pelo Ministério Público Federal em face de várias instituições de ensino superior, incluindo a Companhia, através da qual se objetiva a abstenção das rés de cobrarem taxa para a confecção da primeira via do diploma de conclusão de curso e a devolução em dobro da taxa cobrada dos ex-alunos já formados. Foi proferida sentença de procedência parcial, condenando a Companhia a se abster de cobrar qualquer valor pela expedição e registro da primeira via do modelo oficial de diploma de graduação. Portanto, a referida decisão não gera impacto financeiro. Foi interposto recurso de apelação pelo Ministério Público, o qual está pendente de julgamento. O valor atribuído à causa pelo Ministério Público é de R\$ 1.000.

(b) Trabalhistas

Os principais pedidos das reclamações trabalhistas são horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados professores. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a administração da Companhia mantém provisão no montante de R\$ 25.130 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 19.241 em 31 de dezembro de 2012).

As provisões constituídas para processos de natureza trabalhista decorrem dos seguintes objetos:

Objetos	Valores
Diferenças salariais+ Redução de carga horária + Multa CCT + FGTS + Aviso	5.426
Multas (ART. 467 CLT, ART. 477 CLT E CCT/ACT)	3.998
Horas extras + Supressão Inter + Intra	3.522
Dano Moral/Material/Assédio Moral	2.761
Retificação CTPS + Rescisão indireta + Reconhecimento vínculo	1.522
Férias	1.428
Adicionais (insalubridade/noturno/aprimoramento/ tempo de serviço/periculosidade)	951
Desvio de função e equiparação	858
Outros*	4.664
	25.130

(*) Pedidos complementares aos principais descritos acima (reflexos) e honorários do Sindicato.

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista com perda possível, cujo valor total de pedidos em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 71.309 (R\$ 104.324 em 31 de dezembro de 2012).

Dentre as principais ações trabalhistas classificadas com risco de perda possível, destacam-se aquelas movidas por Sindicatos de Professores, tais como:

(i) Ação movida pelo Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro, por meio da qual requer o pagamento de reajustes salariais em favor do corpo docente da Companhia (cerca de 5.595 professores quando da distribuição da ação), como previsto na Convenção Coletiva: 3% a partir de 1º de abril de 2004 sobre o salário devido em outubro de 2003 e 6,62% a partir de 1º de outubro de 2004 sobre o salário devido em outubro de 2003. Requer, também, multa de 10% sobre o salário base de cada professor substituído por descumprimento da norma coletiva de trabalho. Foi proferida decisão desfavorável para a Companhia. O processo encontra-se em fase recursal, aguardando o julgamento do recurso interposto pela Companhia. O valor atribuído pelo Sindicato é de R\$ 1.500.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Ação movida pelo Ministério Público do Trabalho, na qual se discute a legalidade da alteração praticada pela Companhia no contrato de trabalho dos professores horistas, com a consequente mudança do sistema de cálculo dos pagamentos dos salários e a legalidade do procedimento trabalhista em manter professores em seu corpo docente sem turmas para ministrar aulas, situação de suspensão tácita e unilateral dos contratos de trabalho. O acórdão reformou a sentença quanto ao deferimento de dano moral no valor de R\$ 500. O processo encontra-se em fase recursal, aguardando o julgamento do recurso interposto pela Companhia no que tange à obrigação de fazer. O valor atribuído à causa pelo Ministério Público é de R\$ 500.
- (iii) Ação de Cumprimento movida pelo Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais, através da qual requer o pagamento de diferenças salariais decorrentes da alegada não observância da isonomia salarial que deveria ser praticada entre o corpo de docentes, além do pagamento de multa de 10% prevista em Convenção Coletiva do Trabalho por descumprimento de obrigações convencionadas nesse instrumento. O processo encontra-se em fase de perícia. O valor atribuído aleatoriamente à causa pela parte autora é de R\$ 50.

(c) Tributárias

Os consultores jurídicos da Companhia efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária e, em razão da inexistência de processos classificados com risco de perda provável, a Administração entendeu ser desnecessária a manutenção de qualquer provisão para tais ações.

Da mesma forma, os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 348.689 (R\$ 336.668 em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia informa, ainda, que as ações tributárias classificadas com risco de perda remota, na mesma data, alcançam o valor de R\$ 733.922.

Dentre as principais ações de natureza tributárias não provisionadas nas informações contábeis, podemos destacar:

- (i) Em 2008, foram lavrados 24 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos aos exercícios sociais de 2003, 2004 e 2005 e descumprimento de obrigações acessórias, assim como foi lavrado termo de arrolamento de bens imóveis, no valor total de tais autuações. Esses autos questionam, principalmente, o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da controlada SESES como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à isenção de contribuições previdenciárias, condição que ostentou até 9 de fevereiro de 2007 quando se transformou em sociedade empresária. Foram interpostos recursos administrativos, os quais se encontram pendentes de julgamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O valor total envolvido dessas autuações é de R\$ 563.590. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos continua a ser remota.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Em 2011, foram lavrados 04 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos ao período de janeiro de 2006 a janeiro de 2007 e descumprimento de obrigações acessórias. Atualmente, as referidas impugnações estão pendentes de julgamento na Delegacia Especial da Secretaria da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - DEMAC/RJO. Em agosto de 2012, a foi proferida decisão de 1ª instância administrativa que deu provimento parcial às impugnações da Companhia, para reconhecer a decadência e excluir dos lançamentos o período de janeiro a julho de 2006, tendo sido mantidos os demais argumentos da fiscalização. Foram interpostos recursos administrativos, os quais se encontram pendentes de julgamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O valor total envolvido, sem considerar os efeitos da decadência, é de R\$ 190.046. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é remota.
- (iii) Em 2008, foi movida Ação Popular, objetivando anular o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), relativamente ao triênio 2001 a 2003 e, por consequência, a compelir a SESES a ressarcir o erário público os tributos não recolhidos, em decorrência de sua imunidade. Em 22 de setembro de 2009, foi publicada decisão que reconheceu a ilegitimidade passiva da Companhia. Contra tal decisão, o autor apresentou recurso de apelação. Em 10 de maio de 2012, foi publicado acórdão (decisão de 2ª instância judicial) que reverteu o teor da decisão proferida em 1ª instância para reconhecer a legitimidade passiva da Companhia. Em virtude dessa decisão, a Companhia interpôs Recursos Especial e Extraordinário, os quais encontram-se pendentes de julgamento. De acordo com os nossos consultores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesse processo é remota e o valor atualizado da demanda é de R\$ 209.160.
- (iv) Em 2009, foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria Municipal de Fazenda do Município do Rio de Janeiro, o qual aponta as supostas infrações: (i) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de janeiro de 2005 a janeiro de 2007, por ter transferido todo o seu patrimônio em fevereiro de 2007 para uma "nova sociedade por quotas limitadas"; (ii) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de fevereiro de 2007 a julho de 2009, por não incluir na base de cálculo do ISS o valor das bolsas concedidas através do PROUNI; e (iii) insuficiência de retenção e recolhimento de ISS devido pelos serviços prestados por empresas de guarda, vigilância, conservação e limpeza de imóveis, no período de janeiro de 2005 a maio de 2009. Em 19 de fevereiro de 2010, a SESES apresentou impugnação ao referido auto de infração. No momento, aguarda-se decisão de 1ª instância. O valor atualizado da autuação é de R\$ 168.268. A classificação de risco de perda atribuída pelos os assessores jurídicos externos é remota.
- (v) Em 2009, foi interposta Ação Ordinária distribuída pela SESES, em face da União Federal/Fazenda Nacional, através da qual pleiteia autorização para recolher as contribuições previdenciárias, de acordo com a gradação prevista no artigo 13 da Lei No. 11.096/05 ("Lei do PROUNI"), tendo essa gradação início a partir do 1º mês de realização da assembleia geral que autorizou a transformação da sua natureza jurídica para sociedade com fins lucrativos, ocorrida em fevereiro de 2007, resultando, por conseguinte, na seguinte gradação para recolhimento das contribuições previdenciárias pela SESES: 20% em 2007; 40% em 2008; 60% em 2009; 80% em 2010 e 100% em 2011, em detrimento do entendimento da fiscalização do INSS, a qual defende que a contagem do prazo de cinco anos para a aplicação da gradação dos percentuais previstos no referido artigo 13 da Lei do PROUNI teria o seu início com a publicação da referida Lei, o que ocorreu em 2005. . Em 7 de agosto de 2012 o TRF julgou favoravelmente a apelação da Companhia. Sendo assim, de acordo com a referida decisão, o início da fruição se dá a partir da data da Assembleia de Acionistas que alterou a natureza jurídica da SESES e não a data da publicação da Lei do Prouni. Atualmente, o processo aguarda julgamento do recurso interposto pela Fazenda Nacional. A classificação de risco de perda atribuída pelos consultores externos é de possível e o valor estimado da demanda é de R\$ 11.900.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (vi) Em 2005, foi interposta Ação Declaratória e de Repetição de Indébito distribuída pela SESES, em face da União Federal, para discutir judicialmente a exigência da contribuição ao PIS. Trata-se de ação objetivando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária da obrigação do recolhimento da contribuição ao PIS na medida em que a Companhia era portadora do CEBAS, bem como do reconhecimento do direito à restituição dos valores recolhidos nos últimos dez anos. Em 1ª e 2ª instâncias, foram proferidas decisões favoráveis à Companhia, reconhecendo a imunidade e crédito decorrente do recolhimento indevido. Atualmente, o processo encontra-se pendente de julgamento de recurso especial, interposto pela própria SESES para majoração de honorários advocatícios, bem como de recurso extraordinário, interposto pela União Federal, pleiteando a improcedência do pedido inicial. Por conta desse processo, foram depositados os valores que seriam devidos a título do PIS (à base de 1% da folha de pagamento), até o momento da transformação da SESES de entidade sem fins lucrativos e beneficente de assistência social em sociedade empresária, ocorrida em 9 fevereiro de 2007. O valor total depositado é de R\$ 9.179. A classificação de risco de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é remota e o valor total envolvido é de R\$ 35.662.
- (vii) Em 1997, foi lavrado auto de infração pela Secretaria da Receita Federal, contra a SESES, tendo por objeto alegados débitos de COFINS, relativos ao exercício social de 1996, por entender que a Instituição não preenchia todos os requisitos legais para sua qualificação como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à imunidade tributária. Essa autuação continua sendo discutida em esfera administrativa, especificamente no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A classificação de risco de perda atribuída pelos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R\$ 3.490.
- (viii) Em 2008, foi interposta ação anulatória distribuída pela SESES, em face da União Federal, objetivando desconstituir o crédito fiscal objeto da Intimação para Pagamento nº 86202/2008, consubstanciada na cobrança de contribuições previdenciárias supostamente devidas no período compreendido entre dezembro de 2005 e fevereiro de 2008. Atualmente, o processo encontra-se em fase de conhecimento, aguardando decisão de 1ª instância. A classificação de risco de perda atribuída pelos consultores externos é possível e o valor estimado da demanda é de R\$ 2.900.
- (ix) Em 2010, foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria da Receita Federal para exigir da SESES a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), relativa ao período compreendido entre 31 de janeiro de 2006 e 31 de janeiro de 2007, supostamente incidente sobre receitas não decorrentes das atividades próprias da Instituição. A Companhia apresentou impugnação em 13 de outubro de 2010. No momento, aguarda-se a apreciação da referida impugnação. A classificação de risco de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é possível e o valor estimado da demanda é de R\$ 1.785.
- (x) Em 2012, foi interposta ação anulatória de débito com pedido liminar para suspensão da exigibilidade do crédito, relativo a valores de ISS supostamente devidos no período compreendido entre janeiro de 2003 a janeiro de 2007. A classificação de risco de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é possível e o valor envolvido atualizado é de R\$ 3.430.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

(Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (xi) Em 2011, foram lavrados 05 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da SESES, relativos ao período de fevereiro a dezembro de 2007, tendo por objeto supostos débitos de (a) contribuições previdenciárias (cota patronal) incidentes sobre a remuneração de segurados empregados e contribuintes individuais e destinadas ao RAT (Risco Ambientais do Trabalho) sobre a remuneração de segurados empregados; (b) suposta não declaração em GFIP (Guia Fiscal de Informações Previdenciárias) de contribuições previdenciárias calculadas e descontadas de segurados empregados e contribuintes individuais; (c) contribuições previdenciárias (INCRA, FNDE, SESC e SEBRAE) incidentes sobre a remuneração de segurados empregados; e (d) multa por descumprimento de obrigação acessória, decorrente de alegadas incorreções e/ou omissões relacionadas a GFIP. Foram apresentadas as respectivas impugnações, em 30 de janeiro de 2012. Atualmente, as referidas impugnações estão pendentes de julgamento na Delegacia Especial da Secretaria da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - DEMAC/RJO. O valor total envolvido é de R\$ 22.600. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.
- (xii) Em 2012, foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da Estácio Participações, tendo por objeto supostos débitos de IRPJ e CSLL. O auto questiona a suposta impossibilidade de dedução de uma série de despesas por não se enquadrarem no conceito de operacionais (art. 299 do Decreto nº 3.000/1999). Foi apresentada impugnação, em 6 de novembro de 2012, através da qual, em linhas gerais, foi sustentado o enquadramento no conceito de operacional. Atualmente, a referida impugnação está pendente de julgamento na Delegacia Especial da Secretaria da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - DEMAC/RJO. O valor total envolvido é de R\$ 3.873. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.
- (xiii) Em 2012, foi distribuída Execução Fiscal pela Fazenda Nacional visando a cobrança judicial dos débitos consubstanciados nos autos de infração nº.:39.808401-7, 39.838008-2 e 39.808402-5, referentes a alegadas diferenças de recolhimentos de contribuições previdenciárias, no exercício de 2007. Foram apresentados os respectivos embargos a essa execução, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O valor total envolvido é de R\$ 24.955. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.
- (xiv) Em 2012, foi distribuída Execução Fiscal pela Fazenda Nacional visando a cobrança judicial dos débitos consubstanciados no auto de infração nº. 36.266.291-6, referente a alegadas diferenças de recolhimentos de contribuições previdenciárias, no exercício de 2007. Foram apresentados os respectivos embargos a essa execução, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O valor total envolvido é de R\$ 3.032. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.
- (xv) Em 2005, foi distribuída Ação Anulatória pela SESES, em face da União Federal, para questionar a legalidade do lançamento relativo à cobrança do FINSOCIAL, considerando a suspensão temporária, pela Secretaria da Receita Federal, de sua imunidade tributária através do Ato Declaratório nº 14/96. Sentença publicada em 4 de novembro de 2009, julgando improcedentes os pedidos da SESES. Foram opostos embargos de declaração pela SESES, os quais foram rejeitados em 11 de novembro de 2009. Apresentamos recurso de apelação em 26 de novembro de 2009, ainda não julgado. O valor total depositado e envolvido é de R\$ 1.405. A classificação de risco de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é possível.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Adiantamentos de convênio

Em 3 de agosto de 2006, foi efetuado contrato de parceria entre as controladas da Companhia e o Unibanco com prazo de vigência até 31 de julho de 2011, onde o objeto principal deste contrato era o de conceder exclusividade/ preferência ao Unibanco na oferta e no fornecimento de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de serviços financeiros.

Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, ou seja, até 31 de julho de 2011, o Unibanco pagou as empresas controladas uma receita fixa de R\$ 15.954, que está sendo apropriada ao resultado por tal prazo contratual. Em 18 de fevereiro de 2008, sem que tenha havido mudanças significativas nas principais cláusulas contratuais, as partes firmaram novo acordo prorrogando a parceria até 18 de fevereiro de 2018. Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, o Unibanco pagou à Companhia uma quantia adicional de R\$ 18.000. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da receita antecipada pelo convênio de reciprocidade bancária montava R\$ 12.028 (R\$ 14.914 em 31 de dezembro de 2012), sendo R\$ 2.887 classificado no passivo circulante, o qual será amortizado pelo prazo contratual.

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social poderá ser aumentado pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de ações. Em 31 de dezembro de 2013 o capital social é representado por 295.212.146 ações ordinárias.

A composição acionária do capital da Companhia de 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, é como segue:

Acionistas	Ações ordinárias			
	2013	%	2012 (**)	%
Private Equity C, LLC		0,0	15.290.209	18,5
GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações		0,0	426.804	0,5
Administradores e Conselheiros	3.379.507	1,2	533.799	0,6
Tesouraria	1.796.700	0,6	384.600	0,5
Outros (*)	290.035.939	98,2	65.869.939	79,9
	<u>295.212.146</u>	<u>100,0</u>	<u>82.505.351</u>	<u>100,0</u>

(*) Free float.

(**) Em 2012, as ações não incluem o efeito do desdobramento realizado em 2013.

Durante 2013, a Companhia realizou oferta pública de ações e, como resultado, o seu capital social foi aumentado em R\$ R\$ 616.858 correspondentes a 44.061.300 ações. Também durante 2013, a Companhia teve seu capital social aumentado em R\$ 24.510, correspondentes a 3.634.793 ações, como resultado do exercício de opção de compras de ações.

Nas Assembleias de 15 de abril, 02 de maio, 29 de agosto e 28 de novembro de 2013, foram aprovadas a emissão privada de 2.106.747, 14.214, 1.397.436 e 116.396 ações ordinárias nominativas,

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

respectivamente, sem valor nominal, com consequente aumento de capital social da Companhia nos valores de R\$ 14.306, R\$ 105, R\$ 9.409 e R\$ 826, dentro do limite do capital autorizado, a fim de atender ao exercício das opções outorgadas aos beneficiários do plano de opção de compra de ações. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de maio de 2013, foi aprovado o desdobramento das ações de emissão da Companhia, à razão de 1 (uma) ação atualmente existente em 3 (três) ações da mesma classe e espécie ("Desdobramento"). A alteração modificou a quantidade de ações em que se divide o capital social da Companhia.

Em 20 de setembro de 2013, a Estácio Participações S.A., em cumprimento ao que estabelece o artigo 12, parágrafo 4º, da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada pela Instrução CVM nº 449, de 16 de março de 2007, comunicou ter recebido da Private Equity Partners C, LLC e o GPCP4- Fundo de Investimento em participações, correspondência na qual informou à Companhia que, em 19 de setembro de 2013, alienou a totalidade de sua participação acionária na Companhia, cuja liquidação de referida venda se deu somente no dia 23 de setembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital está dividido em 295.212.146 ações ordinárias nominativas.

(b) Movimentação das ações do capital

Em 31 de dezembro de 2012 (pós split)	247.516.053
Emissão de ações ordinárias, em virtude da oferta pública de ações	
- Fato relevante 24 de janeiro de 2013	38.314.176
Emissão de ações ordinárias, em virtude da oferta pública de ações	
- Ata do Conselho de Administração 31 de janeiro de 2013	5.747.124
Emissão de ações ordinárias, para atender ao exercício das opções outorgadas	
- AGE 15 de abril de 2013	2.106.747
Emissão de ações ordinárias, para atender ao exercício das opções outorgadas	
- Ata do Conselho de Administração 02 de maio de 2013	14.214
Emissão de ações ordinárias, para atender ao exercício das opções outorgadas	
- Ata do Conselho de Administração 29 de agosto de 2013	1.397.436
Emissão de ações ordinárias, para atender ao exercício das opções outorgadas	
- Ata do Conselho de Administração 28 de novembro de 2013	116.396
	<hr/>
Em 31 de dezembro de 2013	295.212.146

As ações que compõem o capital não possuem valor nominal.

O custo com emissão de ações referente à oferta pública no exercício de 2013 foi de R\$ 24.033.

(c) Ações em tesouraria

Em Reunião do Conselho de Administração do dia 12 de maio de 2010, foi aprovado, por unanimidade, o 1º Programa de Recompra de nossas ações, em bolsa de valores, de até 1.527.788 ações ordinárias equivalente à 7,21% do capital social.

Em 11 de maio de 2011 o programa foi encerrado e foram adquiridas 59.000 (cinquenta e nove mil) ações ordinárias, equivalente a 3,86% do total de ações previstas para o Programa.

Um novo programa foi aberto em 14 de julho de 2011, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, o 2º Programa de Recompra de Ações, que teve por objetivo aplicar recursos disponíveis, observado o limite do saldo de lucros ou reservas em 31 de dezembro de 2010, de forma a maximizar a geração de valor para o acionista, dentro de um limite estipulado de até 3.323.796 ações ordinárias equivalente à 5% do capital social da Companhia.

Em complemento ao 2º Programa de Recompra, o Conselho de Administração aprovou em reunião

46 de 70

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

realizada em 27 de setembro de 2011, autorizou a recompra de ações de sua própria emissão, mediante a contratação de opções de compra ("calls"), e o lançamento de opções de venda ("puts" e conjuntamente opções) referenciadas em ações de emissão da Companhia, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria e / ou posterior alienação, podendo ainda ser utilizadas para atender ao eventual exercício de opções no âmbito dos programas de opção de recompra de ações da Companhia, nos termos da instrução CVM nº390/03, intermediada pelo Itaú. Essa operação carrega um custo de renda fixa pós-fixada na medida em que a obrigação da Companhia representa o valor desembolsado pela instituição financeira na data da recompra, acrescida a uma taxa pré-fixada equivalente à taxa DI mais spread.

Após o encerramento do 2º programa de recompra de ações em 13 de julho de 2012, a Companhia começou a realizar o exercício das opções do programa de recompra com derivativos, sendo a primeira call exercida em 17 de setembro de 2012.

O programa foi encerrado em 15 de abril de 2013 após o exercício da última call, no total a Companhia exerceu a opção de compra de 1.007.700 (hum milhão sete mil e setecentas) ações pós split a um preço médio de R\$ 21,27 (R\$ 7,09 pós split).

<u>Opções de recompra de ações</u>	<u>Operação</u>	<u>Custo médio</u>	<u>Saldo</u>
31 de dezembro de 2012	214.300	19,67	4.216
Exercício da opção de compra	(214.300)	19,67	(4.216)
<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>Quantidade</u>	<u>Custo médio</u>	<u>Saldo</u>
<u>Ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2013</u>	<u>1.796.700</u>	<u>6,32</u>	<u>11.348</u>

(d) Reservas de capital

(d.1) Ágio na subscrição de ações

A reserva de ágio refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações ou pagamento de dividendo cumulativo a ações preferenciais.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor do ágio na subscrição de ações nas demonstrações financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, e composto da seguinte forma:

	Controladora	
	2013	2012
Reserva de impostos	3	3
Lucros não distribuíveis (*)	96.477	96.477
Reserva especial de ágio na incorporação	85	85
	96.565	96.565

(*) Lucros auferidos em períodos anteriores a transformação da Companhia em sociedade empresarial

(d.2) Opções de outorgas

A Companhia constituiu a Reserva de Capital para Opções de Ações outorgadas no montante de R\$ 1.581 durante o trimestre findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 4.538 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012), conforme mencionado na Nota 21(b). Como o pronunciamento técnico requer, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo período de aquisição do direito (*vesting period*), até a data dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

(e) Reservas de lucros

(e.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatório. A reserva de capital somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

(e.2) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2013, dos resultados acumulados pela Companhia, foi destinado o valor de R\$ 174.354 a reserva de retenção de lucros (2012- R\$ 78.152), objetivando a realização dos investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia, preparado por sua Administração. A Assembleia Geral Ordinária será realizada em 30 de abril de 2014.

(f) Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária, ressalvado os casos em que o Acordo de Acionistas estabeleça diferente, quando aplicável. Desde a oferta pública secundária realizada em 2010, não há acordos de acionistas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o cômputo dos dividendos e sua respectiva movimentação no

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

exercício são como segue:

	Controladora	
	2013	2012
Lucro líquido do exercício da controladora	244.707	109.687
Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº 6.404)	(12.235)	(5.484)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	232.472	104.203
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	58.118	26.051
Quantidade de ações em 31 de dezembro	295.212.146	82.505.351
Quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro	1.796.700	384.600
Dividendo por ação - em reais	0,19807	0,31722

19 Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado. Os principais estão descritos a seguir, bem como os critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

(a) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.

Estácio Participações S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
(Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(b) Empréstimos e financiamentos

São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

(c) Contas a receber

São classificados como empréstimos e recebíveis, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais aproximam-se ao valor de mercado.

**(d) Demais instrumentos
financeiros ativos e passivos**

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Fatores de riscos financeiros

Todas as operações do Grupo são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio do Grupo podem ser assim enumerados:

(a) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados.

O Grupo também está sujeito a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços é minimizado por um controle estrito da base de alunos, pelo gerenciamento ativo da inadimplência e pela pulverização dos saldos.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de acordo com a Política de Investimento e Derivativos Financeiros, aprovada pelo Conselho de Administração. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos judiciais encontram-se com instituições financeiras com riscos de crédito AA a AAA de acordo com agência de crédito Standard & Poor's, Fitch e Moody's.

(b) Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera suas aplicações financeiras e suas dívidas. Adicionalmente, qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos empréstimos estudantis, inclusive os empréstimos nos termos do FIES, e reduzir a demanda em relação aos cursos.

(c) Risco de taxa de câmbio

O resultado do Grupo não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois o Grupo não possui operações significativas em moeda estrangeira.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão do Grupo, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo. Não houve mudança relevante nos instrumentos financeiros passivos do Grupo em 31 de dezembro de 2013 em relação a 31 de dezembro de 2012.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2013				
Fornecedores	40.429			
Empréstimos	57.071	74.401	200.896	24.549
Obrigações com arrendamento financeiro	4.763		1.725	
Compromissos a pagar	22.206	4.420	12.846	
Em 31 de dezembro de 2012				
Fornecedores	35.435			
Empréstimos	26.035	49.820	249.192	35.261
Obrigações com arrendamento financeiro	3.631		3.533	
Compromissos a pagar	12.985	3.457	1.592	6.131

(e) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2013, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base na última taxa básica de juros determinada pelo BACEN na reunião do Comitê de Política Monetária em 28 de novembro de 2013 (10,00% a.a), utilizou-se esta taxa como cenário provável para o ano. A partir desta, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2013, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Cenário elevação do CDI				
	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Operações				
Aplicações financeiras	CDI	10,00%	12,50%	15,00%
R\$ 732.051		73.205	91.506	109.808
Debêntures	CDI+1,60	10,00%	12,50%	15,00%
R\$ (202.167)		(23.775)	(28.910)	(34.045)
IFC I	CDI+1,53	10,00%	12,50%	15,00%
R\$ (45.904)		(5.363)	(6.528)	(7.693)
IFC II	CDI+1,69	10,00%	12,50%	15,00%
R\$ (21.011)		(2.492)	(3.026)	(3.560)
Posição líquida		41.575	53.042	64.510
Cenário queda do CDI				
	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Operações				
Aplicações financeiras	CDI	10,00%	7,50%	5,00%
R\$ 732.051		73.205	54.904	36.603
Debêntures	CDI+1,60	10,00%	7,50%	5,00%
R\$ (202.167)		(23.775)	(18.640)	(13.505)
IFC I	CDI+1,53	10,00%	7,50%	5,00%
R\$ (45.904)		(5.363)	(4.198)	(3.033)
IFC II	CDI+1,69	10,00%	7,50%	5,00%
R\$ (21.011)		(2.492)	(1.958)	(1.423)
Posição líquida		41.575	30.108	18.642

Estácio Participações S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
(Consolidadas e da Controladora)**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Gestão de capital

A dívida da Companhia para relação do capital ao final do exercício é apresentada a seguir em dados consolidados:

	Consolidado	
	2013	2012
Total do passivo	621.008	532.775
(-) Caixa e equivalente de caixa	(7.132)	(18.132)
Dívida líquida	613.876	514.643
Patrimônio líquido	1.517.642	707.035
Dívida líquida sobre patrimônio	0,40	0,73

(g) Valor justo dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia se aproximam dos seus valores justos.

Os instrumentos financeiros do Grupo foram classificados como empréstimos e recebíveis ou outros passivos financeiros, com exceção dos títulos e valores mobiliários (Nota 3) classificados como títulos para negociação (Nível 2).

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de transações atuais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais do IBOVESPA 50 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas do Grupo. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- O valor justo de *swaps* de taxa de juros calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

(h) Compensação de instrumentos financeiros

Não há ativos e passivos financeiros relevantes sujeitos a compensações contratuais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

20 Cobertura de seguros (não revisado)

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Importâncias seguradas	
	2013	2012
Responsabilidade civil dos diretores	80.000	80.000
Incêndio de bens do imobilizado	53.876	87.030
Responsabilidade civil	10.000	10.000
Despesa fixa	5.000	5.000
Equipamentos eletrônicos	200	200
Vida em grupo	353.160	333.790
Demais ramos	2.720	2.660

21 Remuneração dos administradores

(a) Remuneração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 3 de abril de 2012, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 12.438 e R\$ 10.819, respectivamente, remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembleias de Acionistas.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados, exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na Nota 21(b).

(b) Plano de opção de compra de ações

Na Assembleia Geral Extraordinária de 12 de setembro de 2008, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), direcionado aos administradores, empregados e prestadores de serviço da companhia ("beneficiários"). O Plano é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, criado pelo Conselho de Administração especificamente para este fim em reunião realizada em 1º de julho de 2008. Compete ao Comitê, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações e outorgar à listagem de Beneficiários (revisada de tempos em tempos) as opções e as regras específicas aplicáveis, sempre observadas às regras gerais do Plano ("Programa").

O Volume de opções de aquisição de ações está limitado 5% das ações representativas do capital social da Companhia na data da aprovação de cada Programa.

A opção de aquisição de ações é formalizada em contrato individual firmado entre a Companhia e cada beneficiário. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o beneficiário deve efetuar o pagamento do valor das ações em até 30 (trinta) dias contados da subscrição ou aquisição das ações relativas ao lote incorporado e exercido. Para o 1º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 15 de julho de 2008, o preço de exercício das opções será de R\$ 16,50 (dezesesseis reais e cinquenta centavos) por ação, devidamente corrigido pelo IGPM desde 11 de julho de 2008, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação, eventualmente pago pela Companhia, a partir da data de celebração do contrato individual com o beneficiário.

Para o 2º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 20 de abril de 2010, o preço de exercício das opções será de R\$ 19,00 (dezenove reais) equivalente ao valor médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo anteriores à data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, devidamente corrigido pelo IGPM desde a data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. O Comitê poderá, quando da inclusão do beneficiário no 2º Programa, determinar que seja concedido um desconto de até 10% (dez por cento) no preço de exercício.

Em 20 de dezembro de 2010 com o encerramento do 2º Programa foi aprovada a criação do 3º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 23,60 (vinte e três reais e sessenta centavos), sendo que o valor será acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 3 de janeiro de 2011, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 2 de abril de 2012 com o encerramento do 3º Programa foi aprovada a criação do 4º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 19,00 (dezenove reais), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 2 de abril de 2012, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 1º de março de 2013 com o encerramento do 4º Programa foi aprovada a criação do 5º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 40,00 (quarenta reais), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 1 de março de 2013, até a data do efetivo exercício da opção.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 02 de outubro de 2013 com o encerramento do 5º Programa foi aprovada criação do 6º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 15,67 (quinze reais e sessenta e sete centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 2 de outubro de 2013, até a data do efetivo exercício da opção.

Conforme mencionado na Nota 18, em 21 de maio de 2013 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o desdobramento das ações de emissão da Companhia na razão de 1 em 3 ações da mesma classe e espécie. Em 31 de dezembro de 2013 o capital está dividido em 295.212.146 ações ordinárias nominativas.

Em 31 de dezembro de 2013 o número de opções outorgadas que tenham sido exercidas era de 5.090.856 ações. O saldo de ações que compõem essas opções é 12.021.154 ações.

A partir de 2013 a Companhia passa a utilizar para o cálculo do valor justo das opções de cada outorga o modelo Binomial, porém não modificaremos as outorgas antigas, de acordo com as normas estabelecidas no pronunciamento CPC 10, que continuam a ser calculadas pelo modelo de Black and Scholes.

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Black-Scholes são descritas a seguir:

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Programa	Fim da Carência	Data de Vencimento	Fair Value	Preço do Ativo Base (*)	Expectativa de Volatilidade anual	Expectativa de Dividendos	Taxa de Juros Livre de Risco	Vida Estimada (anos)	Quantidade de Opções Outorgadas	Quantidade de Opções Prescritas
Programa 1P jul/08	15/04/2009	15/04/2019	R\$ 3,35	R\$ 7,83	57,49%	0,97%	6,85%	11	727668	521100
	15/04/2010	15/04/2020	R\$ 4,14	R\$ 7,83	57,49%	0,97%	6,85%	12	727626	550176
	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 4,68	R\$ 7,83	57,49%	0,97%	6,85%	13	727626	564720
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 5,36	R\$ 7,83	57,49%	0,97%	6,85%	14	727626	564720
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 4,70	R\$ 7,83	57,49%	0,97%	6,85%	15	727626	564720
Programa 1P set/08	15/04/2009	15/04/2019	R\$ 1,06	R\$ 4,68	56,00%	1,62%	8,42%	11	663645	0
	15/04/2010	15/04/2020	R\$ 1,71	R\$ 4,68	56,00%	1,62%	8,42%	12	663633	399999
	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 2,14	R\$ 4,68	56,00%	1,62%	8,42%	13	663633	399999
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 2,37	R\$ 4,68	56,00%	1,62%	8,42%	14	663633	399999
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 2,67	R\$ 4,68	56,00%	1,62%	8,42%	15	663633	399999
Programa 1P jan/09	15/04/2010	15/04/2020	R\$ 1,02	R\$ 4,40	63,99%	1,72%	6,83%	11	636369	18180
	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 1,66	R\$ 4,40	63,99%	1,72%	6,83%	12	636363	72729
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 2,07	R\$ 4,40	63,99%	1,72%	6,83%	13	636363	72729
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 2,37	R\$ 4,40	63,99%	1,72%	6,83%	14	636363	72729
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 2,56	R\$ 4,40	63,99%	1,72%	6,83%	15	636363	72729
Programa 1P set/09	15/04/2010	15/04/2020	R\$ 2,37	R\$ 6,70	56,75%	1,13%	5,64%	11	174582	0
	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 3,10	R\$ 6,70	56,75%	1,13%	5,64%	12	174537	32727
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 3,59	R\$ 6,70	56,75%	1,13%	5,64%	13	174537	32727
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,99	R\$ 6,70	56,75%	1,13%	5,64%	14	174537	32727
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 4,21	R\$ 6,70	56,75%	1,13%	5,64%	15	174537	47271
Programa 1P jan/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 3,73	R\$ 8,17	63,15%	0,93%	6,23%	11	89115	10914
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 4,55	R\$ 8,17	63,15%	0,93%	6,23%	12	89085	38181
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 5,11	R\$ 8,17	63,15%	0,93%	6,23%	13	89085	38181
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 5,53	R\$ 8,17	63,15%	0,93%	6,23%	14	89085	52725
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 5,80	R\$ 8,17	63,15%	0,93%	6,23%	15	89085	52725
Programa 1P mar/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 3,16	R\$ 7,50	62,20%	1,01%	6,21%	11	90909	0
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 3,96	R\$ 7,50	62,20%	1,01%	6,21%	12	90909	0
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 4,50	R\$ 7,50	62,20%	1,01%	6,21%	13	90909	0
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 4,91	R\$ 7,50	62,20%	1,01%	6,21%	14	90909	0
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 5,16	R\$ 7,50	62,20%	1,01%	6,21%	15	90909	0
Programa 2P jul/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 2,05	R\$ 6,73	58,84%	1,52%	6,25%	11	129702	39063
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 2,87	R\$ 6,73	58,84%	1,52%	6,25%	12	129684	39063
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,40	R\$ 6,73	58,84%	1,52%	6,25%	13	129684	48438
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,80	R\$ 6,73	58,84%	1,52%	6,25%	14	129684	48438
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 4,04	R\$ 6,73	58,84%	1,52%	6,25%	15	129684	48438
Programa 2P nov/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 3,36	R\$ 8,40	57,60%	1,52%	5,88%	11	12000	0
	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 4,22	R\$ 8,40	57,60%	1,52%	5,88%	12	12000	0
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 4,80	R\$ 8,40	57,60%	1,52%	5,88%	13	12000	0
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 5,24	R\$ 8,40	57,60%	1,52%	5,88%	14	12000	0
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 5,52	R\$ 8,40	57,60%	1,52%	5,88%	15	12000	0
Programa 3P jan/11	15/04/2012	15/04/2022	R\$ 2,96	R\$ 9,00	56,55%	1,14%	5,79%	11	195861	10170
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,99	R\$ 9,00	56,55%	1,14%	5,79%	12	195807	35592
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 4,69	R\$ 9,00	56,55%	1,14%	5,79%	13	195807	43218
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 5,22	R\$ 9,00	56,55%	1,14%	5,79%	14	195807	43218
	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 5,57	R\$ 9,00	56,55%	1,14%	5,79%	15	195807	43218
Programa 3P abr/11	15/04/2012	15/04/2022	R\$ 2,15	R\$ 7,80	54,94%	1,32%	6,20%	11	165324	12717
	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,13	R\$ 7,80	54,94%	1,32%	6,20%	12	165240	45759
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,78	R\$ 7,80	54,94%	1,32%	6,20%	13	165240	61011
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 4,28	R\$ 7,80	54,94%	1,32%	6,20%	14	165240	61011
	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 4,60	R\$ 7,80	54,94%	1,32%	6,20%	15	165240	61011
Programa 4P abr/12	15/04/2013	15/04/2023	R\$ 1,65	R\$ 6,50	51,66%	1,65%	4,29%	11	306000	33000
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 2,34	R\$ 6,50	51,66%	1,65%	4,29%	12	306000	42000
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 2,79	R\$ 6,50	51,66%	1,65%	4,29%	13	306000	42000
	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 3,13	R\$ 6,50	51,66%	1,65%	4,29%	14	306000	42000
	14/04/2017	14/04/2027	R\$ 3,35	R\$ 6,50	51,66%	1,65%	4,29%	15	306000	42000
Programa 4P jul/12	15/04/2013	15/04/2023	R\$ 2,80	R\$ 8,10	50,78%	1,23%	4,29%	11	48000	0
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,53	R\$ 8,10	50,78%	1,23%	4,29%	12	48000	0
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 4,03	R\$ 8,10	50,78%	1,23%	4,29%	13	48000	0
	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 4,43	R\$ 8,10	50,78%	1,23%	4,29%	14	48000	0
	14/04/2017	14/04/2027	R\$ 4,69	R\$ 8,10	50,78%	1,23%	4,29%	15	48000	0
Programa 4P ago/12	15/04/2013	15/04/2023	R\$ 3,24	R\$ 8,66	50,39%	1,15%	4,29%	11	18000	0
	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,97	R\$ 8,66	50,39%	1,15%	4,29%	12	18000	18000
	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 4,48	R\$ 8,66	50,39%	1,15%	4,29%	13	18000	18000
	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 4,89	R\$ 8,66	50,39%	1,15%	4,29%	14	18000	18000
	14/04/2017	14/04/2027	R\$ 5,15	R\$ 8,66	50,39%	1,15%	4,29%	15	18000	18000
Programa 4P nov/12	15/04/2014	15/04/2024	R\$ 7,19	R\$ 13,13	49,44%	0,76%	3,50%	11	15000	0
	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 7,76	R\$ 13,13	49,44%	0,76%	3,50%	12	15000	0
	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 8,24	R\$ 13,13	49,44%	0,76%	3,50%	13	15000	0
	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 8,67	R\$ 13,13	49,44%	0,76%	3,50%	14	15000	0
	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 8,96	R\$ 13,13	49,44%	0,76%	3,50%	15	15000	0

(*) Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Binomial, são descritas a seguir:

Programa	Fim da Carência	Data de Vencimento	Fair Value	Preço do Ativo Base (*)	Expectativa de Volatilidade Anual	Expectativa de Dividendos	Taxa de Juros Livre de Risco	Vida Estimada (anos)	Quantidade de Opções Outorgadas	Quantidade de Opções Prescritas
Programa 4P jan/13	10/01/2014	10/01/2024	R\$ 8,50	R\$ 14,40	33,47%	0,00%	3,90%	11	160200	7200
	10/01/2015	10/01/2025	R\$ 8,64	R\$ 14,40	33,47%	0,00%	3,90%	12	160200	7200
	10/01/2016	10/01/2026	R\$ 8,79	R\$ 14,40	33,47%	0,00%	3,90%	13	160200	7200
	10/01/2017	10/01/2027	R\$ 8,93	R\$ 14,40	33,47%	0,00%	3,90%	14	160200	7200
	10/01/2018	10/01/2028	R\$ 9,07	R\$ 14,40	33,47%	0,00%	3,90%	15	160200	7200
Programa 5P 3	01/03/2014	01/03/2024	R\$ 8,01	R\$ 16,16	39,85%	0,00%	11,02%	11	144000	0
	01/03/2015	01/03/2025	R\$ 8,70	R\$ 16,16	39,85%	0,00%	11,02%	12	144000	0
	01/03/2016	01/03/2026	R\$ 9,30	R\$ 16,16	39,85%	0,00%	11,02%	13	144000	0
	01/03/2017	01/03/2027	R\$ 9,84	R\$ 16,16	39,85%	0,00%	11,02%	14	144000	0
	01/03/2018	01/03/2028	R\$ 10,32	R\$ 16,16	39,85%	0,00%	11,02%	15	144000	0
Programa 6P out13	10/04/2014	10/04/2024	R\$ 6,41	R\$ 16,82	28,80%	0,00%	11,99%	11	265000	0
	10/04/2015	10/04/2025	R\$ 7,22	R\$ 16,82	28,80%	0,00%	11,99%	12	265000	0
	10/04/2016	10/04/2026	R\$ 7,92	R\$ 16,82	28,80%	0,00%	11,99%	13	265000	0
	10/04/2017	10/04/2027	R\$ 8,56	R\$ 16,82	28,80%	0,00%	11,99%	14	265000	0
	10/04/2018	10/04/2028	R\$ 9,13	R\$ 16,82	28,80%	0,00%	11,99%	15	265000	0

(*) Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas.

Em atendimento ao disposto no pronunciamento técnico CPC 10, os pagamentos baseados em ações que estavam em aberto em 31 de dezembro de 2013 foram mensurados e reconhecidos pela Companhia.

A Companhia reconhece mensalmente as opções de ações outorgadas, como reserva de capital com contrapartida no resultado, de R\$ 6.683 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 4.538 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

Além do Plano de Opção de Compra de Ações, a Companhia não concedeu quaisquer outros benefícios aos seus administradores até 31 de dezembro de 2013.

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

Diretoria estatutária

	2013		2012	
	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares
1º de janeiro	22,07	2.110.233	22,07	418.867
Transferência para CA	6,58	1.250.472	19,76	490.550
Concedidas	6,63	734.214	19,76	490.550
Exercidas	7,00	1.023.834	19,43	206.006
Em 31 de dezembro/31 de dezembro	7,00	570.141	22,06	703.411

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
(Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conselho de administração

	2013		2012 (*)	
	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares
1º de janeiro	22,07	30.000	22,07	18.000
Transferência da D.E	6,58	1.250.472		
Concedidas	6,32	725.454	19,76	12.000
Exercidas	6,67	1.975.926	24,00	20.000
Em 31 de dezembro/31 de dezembro	6,67	30.000	22,75	10.000

(*) Em 2012, as ações não incluem o efeito do desdobramento realizado em 2013.

22 Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação em 31 de dezembro de 2013.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação, sendo que as informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 estão sendo reapresentadas em função do desdobramento de ações detalhado na nota 18 (a):

(a) Lucro por ação básico

	2013	2012
Numerador		
Lucro líquido do exercício	244.707	109.687
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	293.895.891	247.272.899
Lucro líquido por ação básico	0,00083	0,00044

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
(Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Lucro por ação diluído

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Numerador		
Lucro líquido do exercício	244.707	109.687
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	293.895.891	247.272.899
Potencial incremento na quantidade de ações em função do plano de opções	<u>419.083</u>	<u>3.006.702</u>
Média ponderada ajustada de ações em circulação	<u>294.314.974</u>	<u>250.279.601</u>
Lucro líquido por ação diluído	<u>0,00083</u>	<u>0,00044</u>

23 Receita líquida de serviços prestados

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receita bruta das atividades	2.490.985	1.971.887
Deduções da receita bruta	(759.975)	(588.599)
Gratuidades - bolsas de estudo	(635.993)	(507.576)
Devolução de mensalidades e taxas	(19.870)	(10.511)
Descontos concedidos	(6.648)	(5.742)
Impostos	(72.516)	(60.753)
FGEDUC	<u>(24.948)</u>	<u>(4.017)</u>
Receita líquida das atividades	<u>1.731.010</u>	<u>1.383.288</u>

24 Custos dos serviços prestados

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Pessoal e encargos sociais	(741.303)	(621.569)
Energia elétrica, água, gás e telefone	(26.631)	(28.408)
Aluguéis, condomínios e IPTU	(138.951)	(117.844)
Correios e Malotes	(5.001)	(7.327)
Depreciação e amortização	(48.666)	(43.468)
Material didático	(42.973)	(30.596)
Serviços de terceiros - segurança e limpeza	<u>(33.011)</u>	<u>(28.148)</u>
Custos dos serviços prestados	<u>(1.036.536)</u>	<u>(877.360)</u>

Estácio Participações S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
(Consolidadas e da Controladora)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

25 Despesas por natureza

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(92.260)	(80.047)
Publicidade			(60.824)	(52.427)
Vendas e marketing			(27.647)	(19.951)
Outras			(3.141)	(5.358)
Despesas comerciais			<u>(183.872)</u>	<u>(157.783)</u>
Pessoal e encargos sociais	(1.560)	(1.855)	(120.895)	(96.938)
Serviços de terceiros	(3.129)	(3.296)	(50.000)	(44.459)
Aluguéis de máquinas e arrendamento mercantil			(1.592)	(1.453)
Material de consumo			(1.961)	(1.629)
Manutenção e reparos	(5)	(16)	(22.857)	(16.209)
Depreciação e amortização (*)	(3.154)	(3.324)	(23.068)	(17.741)
Convênios educacionais	(307)	(709)	(6.417)	(8.384)
Viagens e estadias	(117)	(678)	(6.320)	(3.896)
Condenações cíveis	(118)	(22)	(13.315)	(4.629)
Eventos institucionais	(5)	(41)	(2.435)	(1.635)
Provisão para contingências			(4.944)	808
Outras	<u>(1.053)</u>	<u>(781)</u>	<u>(24.060)</u>	<u>(21.121)</u>
Despesas gerais e administrativas	<u>(9.448)</u>	<u>(10.722)</u>	<u>(277.864)</u>	<u>(217.286)</u>

(*) Inclui a amortização de custos de captação no valor de R\$ 624.

26 Outras receitas operacionais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receitas com convênios	1.800	1.800	2.968	3.024
Receitas de aluguéis			10.520	7.187
Intermediação de negócios			1.081	918
Outras receitas(Despesas) operacionais	<u>(54)</u>	<u>(122)</u>	<u>1.238</u>	<u>6.702</u>
	<u>1.746</u>	<u>1.678</u>	<u>15.807</u>	<u>17.831</u>

Estácio Participações S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
(Consolidadas e da Controladora)**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receitas financeiras				
Multa e juros recebidos por atraso			9.327	6.759
Rendimentos de aplicações financeiras	41.963	10.246	48.942	13.207
Outras	<u>372</u>	<u>1.627</u>	<u>3.501</u>	<u>2.154</u>
	<u>42.335</u>	<u>11.873</u>	<u>61.770</u>	<u>22.120</u>
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(427)	(508)	(7.724)	(6.744)
Juros e encargos financeiros	(25.622)	(26.266)	(28.437)	(30.383)
Descontos financeiros			(11.216)	(14.459)
Outras	<u>(196)</u>	<u>(502)</u>	<u>(6.202)</u>	<u>(4.297)</u>
	<u>(26.245)</u>	<u>(27.276)</u>	<u>(53.579)</u>	<u>(55.883)</u>

A rubrica de descontos financeiros corresponde aos descontos concedidos quando das renegociações de mensalidades em atraso.

28 Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI ficam isentas, no período de vigência do termo de adesão, dentre outros, do IRPJ e da CSLL, devendo a apuração ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro antes dos impostos e após o resultado das operações descontinuadas	246.825	109.687	256.736	114.927
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(83.921)	(37.294)	(87.290)	(39.075)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Ajustes da Lei 11.638/2007			(225)	(1.635)
Equivalência patrimonial	81.944	45.605	(1.547)	
Amortização de Ágio	(278)		(508)	1.812
Despesas não dedutíveis (a)	(805)	(803)	(2.773)	(1.610)
Prejuízo fiscal	918	(7.508)	(691)	(8.605)
Ajustes iniciais para adoção de novas práticas			(1.013)	(349)
Provisão para contingências			(2.753)	275
Reversão de PDD não dedutível e mensalidades a cancelar (b)			(2.274)	(523)
Reversões de provisões administrativas			(105)	68
Lei Rouanet			768	325
Outras	24		1.213	645
	(2.118)		(97.198)	(48.672)
Benefício fiscal lucro da exploração - PROUNI			82.960	44.913
Imposto de renda e contribuição Social correntes no resultado do exercício	(2.118)		(14.238)	(3.759)
Alíquota efetiva - %	(0,86)		(5,55)	(3,27)

(a) Refere-se basicamente a despesa de patrocínios, doações e brindes.

(b) Valor de PDD não dedutível se refere aos alunos com carnês em abertos vencidos a menos de 180 dias, e a provisão para cancelamento de boletos de mensalidades.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Imposto de renda e contribuição Social correntes	(2.118)		(14.238)	(3.759)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			1.736	(1.496)
Imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores			473	15
	(2.118)		(12.029)	(5.240)

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 (Consolidadas e da Controladora)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2013 as controladas SESES e IREP possuem crédito tributário diferido decorrente das diferenças temporárias no montante de R\$ 8.633. A composição de efeito tributário sobre as adições temporárias que deram origem a contabilização do mencionado crédito encontra-se resumida a seguir:

	2013	2012
Provisão para contingências	11.532	10.419
Mensalidades a cancelar	2.273	523
Provisão para desmobilização	3.424	2.739
Amortização ágio	(8.596)	(3.624)
	8.633	10.057
Ativo	16.999	11.695
Passivo	(8.366)	(1.638)
	8.633	10.057

A realização do crédito tributário diferido sobre diferenças temporárias contabilizada em 31 de dezembro de 2013 está vinculada a realização da provisão que deu origem ao mencionado crédito. Consequentemente não apresentamos a expectativa de realização anualmente já que a administração da Companhia não tem elementos para prever a realização da provisão para contingência e provisão para desmobilização.

Em 31 de dezembro de 2013 a controlada IREP contabilizou Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos no montante de R\$ 8.596 decorrentes da amortização fiscal do ágio gerado na aquisição das empresas por ela incorporada.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 14.332 (R\$ 15.249 em 31 de dezembro de 2012) ainda não registrados contabilmente, por não ser possível afirmar se sua realização é, presentemente, considerada provável.

Em novembro de 2013 foi editada a medida provisória número 627- MP introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Transição Tributária - RTT. A companhia e suas controladas, apoiada pelos seus assessores tributários, analisaram os dispositivos desta MP, as implicações na opção antecipada e os impactos que poderiam gerar sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, concluindo que não há efeitos materiais sobre essas demonstrações financeiras.

A companhia e suas controladas aguardam o desfecho de prováveis alterações parlamentares a serem introduzidas à MP para decidir a opção fiscal para o exercício de 2015. Esta análise deverá ser revisada pela Administração quando promulgada a lei, uma vez que poderão existir ajustes ou alterações em sua redação final.

Estácio Participações S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
(Consolidadas e da Controladora)**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29. Outras informações

- a) Contas a compensar – Sistema FIES, no ativo circulante, referem-se a valores disponíveis do programa de Financiamento Estudantil para posterior compensação com tributos federais ou, em caso de opção, realização em caixa.
- b) Mensalidades recebidas antecipadamente, no passivo circulante, referem-se a valores recebidos antecipadamente de alunos em troca de descontos. São apropriados no resultado mediante a prestação do serviço ao aluno pela Companhia.
- c) Provisão para desmobilização de ativos, no passivo não circulante, são gastos a serem incorridos com a desmobilização de unidades de ensino alugadas para recuperá-las ou colocá-las nas suas características originais, anteriores ao início do aluguel. Esse montante é calculado por engenheiros e levam em consideração os termos dos contratos de aluguel.

30. Eventos subsequentes

Em 27 de fevereiro de 2014, a Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") publicou parecer técnico com a impugnação parcial sobre o "Ato de Concentração" que trata da compra da totalidade das ações, pela Companhia, da TCA Investimentos e Participações Ltda. , controladora da UNISEB União dos Cursos Superiores SEB Ltda. ("UNISEB"), mantenedora do Centro Universitário UNISEB.

A impugnação do CADE reconhece o caráter essencialmente pró-competitivo da operação, conforme mencionado: *"Diante desse cenário, a união das atividades da Estácio e da UNISEB, salvo os problemas pontualmente detectados em determinados mercados municipais (que devem ser endereçados), pode ter aspectos pró-competitivos, ao conferir maior escala à instituição resultante e, sobretudo, maior capilaridade para a atuação da Estácio"*, no entanto aponta preocupação concorrencial, pontual e especificamente em cursos de graduação à distância de 9 municípios, apesar de considerar que, em 4 desses municípios, o número de cursos e de alunos (absoluto e percentual) potencialmente afetados pela operação seja baixo. O número de alunos da UNISEB nesses mercados representa 2,5% da base total de alunos de graduação à distância da instituição (de acordo com números do Censo INEP 2012).

A Companhia aguarda o desfecho do julgamento do caso, o que pode ocorrer nos próximos meses, e o atendimento das eventuais exigências resultantes, para concretizar o registro da operação de compra da UNISEB.

* * *